
Análise dos resultados

Síntese dos resultados nacional e regional⁶

Em 2010, o Produto Interno Bruto - PIB, a preços de mercado, cresceu, em termos reais, 7,5% em relação ao ano anterior e o deflator da economia foi de 8,1%. Em valores correntes, o resultado alcançado foi de R\$ 3 770,1 bilhões (INDICADORES IBGE, 2012, p. 34, tab. 8). A expansão real do PIB foi resultado do crescimento de 6,9% do valor adicionado bruto⁷ a preços básicos e do aumento de 11,7% nos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos.

A Tabela 1, a seguir, ilustra o desempenho da economia brasileira no ano de 2010, por grandes grupos de atividade econômica⁸.

O crescimento, em volume, do valor adicionado bruto da Agropecuária no ano de 2010, 6,3%, refletiu o aumento de produção do setor agrícola. Segundo a pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM 2010, o valor bruto da produção agrícola alcançou R\$ 154,0 bilhões em 2010, um crescimento de 8,9% em relação ao ano anterior. Este aumento deveu-se, principalmente, à valorização dos produtos

⁶Resumo da análise realizada com os resultados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais e das Contas Regionais do Brasil, para o ano de 2010.

⁷O valor adicionado bruto é sempre calculado a preços básicos (exclui qualquer imposto e qualquer custo de transporte faturado separadamente e inclui qualquer subsídio sobre o produto).

⁸Consideram-se os seguintes grandes grupos de atividade econômica: Agropecuária (Agricultura, silvicultura e exploração florestal; e Pecuária e pesca); Indústria (Indústria extrativa; Indústrias de transformação; Construção civil; e Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana); Serviços (Comércio e serviços de manutenção e reparação; Serviços de alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; Serviços prestados às famílias e associativos; Serviços prestados às empresas; Atividades imobiliárias e aluguéis; Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; Saúde e educação mercantis; e Serviços domésticos).

agrícolas no mercado externo, seja pelo aumento da demanda, seja pela redução da oferta. Destacaram-se a cana-de-açúcar, que expandiu seu valor bruto da produção em 14,9%, e o café, cujo valor bruto da produção exibiu⁹ crescimento de 34,4%. A laranja, a mandioca, a banana e o algodão herbáceo também se destacaram, com aumentos de 28,3%, 23,7%, 19,9% e 19,4%, respectivamente.

Tabela 1 - Valor adicionado bruto a preços correntes e variação em volume, preço e valor, segundo a atividade econômica - Brasil - 2009-2010

Atividade econômica	Valor adicionado bruto a preços correntes de 2009 (1 000 000 R\$)	Variação (%)			Valor adicionado bruto a preços correntes de 2010 (1 000 000 R\$)	Participação (%)	
		Volume	Preço	Valor		2009	2010
Total	2 794 379	6,9	8,1	15,5	3 227 181	100,0	100,0
Agropecuária	157 232	6,3	2,4	8,9	171 177	5,6	5,3
Indústria	749 699	10,4	9,4	20,8	905 852	26,8	28,1
Serviços	1 887 448	5,5	8,0	13,9	2 150 151	67,5	66,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A Indústria foi a única atividade a apresentar variação, tanto em volume quanto nos preços, acima da média do valor adicionado bruto total das atividades, registrando ganho de participação no valor adicionado bruto, ao passar de 26,8% para 28,1%. A taxa de crescimento de cada trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior mostra que o setor industrial apresentou desempenho real de 15,4%, 13,9%, 8,9% e 4,9%, nos quatro trimestres do ano, respectivamente. A Indústria extrativa foi a principal responsável por este ganho. Em 2009, esta atividade gerava 1,8% do valor adicionado bruto total e, em 2010, passou a gerar 3,0%. A expressiva variação positiva ocorreu tanto em volume, 13,6%, como em preço, 65,3%. A Construção civil também ganhou 0,4 ponto percentual em relação ao ano anterior e passou a representar 5,7% do valor adicionado bruto total. O ganho de participação desta atividade refletiu o crescimento em volume e preço: 11,6% e 11,3%, respectivamente.

O setor de Serviços cresceu, em termos nominais, 13,9% e apresentou crescimento real de 5,5%. Este segmento passou a representar $\frac{2}{3}$ do valor adicionado bruto total em 2010. Cabe destaque para o crescimento, em valor, acima da média das seguintes atividades: Transporte, armazenagem e correio; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; e Comércio e serviços de manutenção e reparação, com 20,6%, 19,9% e 15,7%, respectivamente¹⁰.

Os resultados nacionais refletiram o desempenho da economia regional (CONTAS..., 2012, p. 21-22, tab. 2-3). Um resumo desses resultados encontra-se na Tabela 2.

⁹ Segundo a pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM 2010, o café também elevou sua produção em 19,1%, fato que já era esperado visto que a cultura possui esta característica de alternar anos de altas e baixas produtividades, mais percebida na espécie *Coffea arabica*, predominante no País.

¹⁰ Para informações complementares, consultar: CONTAS nacionais trimestrais. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: nov. 2012.

Tabela 2 - Participação dos setores de atividades e do valor adicionado bruto em relação ao Brasil, segundo as Unidades da Federação - 2009-2010

Unidades da Federação	Participação dos setores de atividades e do valor adicionado bruto em relação ao Brasil (%)											
	Agricultura			Indústria			Serviços			Valor adicionado bruto		
	2009	2010	Diferença absoluta	2009	2010	Diferença absoluta	2009	2010	Diferença absoluta	2009	2010	Diferença absoluta
Brasil	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..
Rondônia	2,7	2,6	(-) 0,1	0,3	0,3	0,1	0,6	0,6	0,0	0,6	0,6	(-) 0,0
Acre	0,7	0,9	0,1	0,1	0,1	0,0	0,3	0,2	(-) 0,0	0,2	0,2	(-) 0,0
Amazonas	1,4	1,8	0,4	2,2	2,4	0,2	1,2	1,2	(-) 0,0	1,5	1,5	0,1
Roraima	0,2	0,2	(-) 0,0	0,1	0,1	0,0	0,2	0,2	(-) 0,0	0,2	0,2	(-) 0,0
Pará	2,5	2,7	0,3	2,7	3,2	0,6	1,8	1,7	(-) 0,0	1,9	2,2	0,3
Amapá	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,3	0,3	(-) 0,0	0,2	0,2	(-) 0,0
Tocantins	1,8	1,7	(-) 0,1	0,4	0,4	0,1	0,4	0,4	0,0	0,5	0,5	0,0
Maranhão	3,8	4,1	0,3	0,8	0,7	(-) 0,1	1,3	1,3	(-) 0,0	1,3	1,3	(-) 0,0
Piauí	1,1	0,7	(-) 0,4	0,3	0,4	0,1	0,7	0,7	0,0	0,6	0,6	(-) 0,0
Ceará	1,9	1,7	(-) 0,2	1,7	1,8	0,1	2,2	2,3	0,1	2,1	2,1	0,0
Rio Grande do Norte	0,8	0,7	(-) 0,1	0,8	0,7	(-) 0,1	1,0	1,0	0,0	0,9	0,9	0,0
Paraíba	0,9	0,7	(-) 0,2	0,7	0,7	0,0	1,0	1,0	(-) 0,0	0,9	0,9	(-) 0,0
Pernambuco	2,1	2,1	0,1	1,8	2,0	0,2	2,6	2,8	0,2	2,4	2,5	0,1
Alagoas	0,9	0,9	(-) 0,0	0,6	0,5	(-) 0,0	0,7	0,7	0,0	0,7	0,7	(-) 0,0
Sergipe	0,7	0,6	(-) 0,1	0,8	0,7	(-) 0,1	0,6	0,7	0,0	0,6	0,7	0,0
Bahia	6,0	5,7	(-) 0,2	4,1	4,5	0,4	4,1	3,9	(-) 0,1	4,3	4,2	(-) 0,1
Minas Gerais	14,4	15,2	0,8	11,0	11,4	0,5	8,1	8,3	0,1	9,0	9,5	0,5
Espírito Santo	2,3	2,5	0,2	2,8	2,7	(-) 0,1	1,8	1,8	(-) 0,0	1,9	2,1	0,2
Rio de Janeiro	0,9	0,8	(-) 0,1	12,7	10,7	(-) 2,1	11,7	11,5	(-) 0,2	10,8	10,7	(-) 0,1
São Paulo	9,4	11,3	1,9	33,9	33,3	(-) 0,6	33,5	33,3	(-) 0,2	32,6	32,1	(-) 0,5
Paraná	8,2	9,3	1,1	5,7	5,7	(-) 0,0	5,7	5,6	(-) 0,1	6,0	5,8	(-) 0,2
Santa Catarina	5,9	5,1	(-) 0,8	5,1	4,9	(-) 0,2	3,5	3,6	0,1	4,1	4,0	(-) 0,0
Rio Grande do Sul	11,8	11,1	(-) 0,7	6,3	7,1	0,7	6,1	6,3	0,2	6,8	6,8	0,0
Mato Grosso do Sul	3,1	3,4	0,3	0,7	0,9	0,2	1,1	1,1	0,0	1,1	1,2	0,1
Mato Grosso	9,3	6,9	(-) 2,5	1,0	1,2	0,2	1,5	1,4	(-) 0,1	1,8	1,6	(-) 0,2
Goiás	6,7	7,0	0,2	2,4	2,5	0,1	2,4	2,3	(-) 0,0	2,7	2,6	(-) 0,1
Distrito Federal	0,3	0,2	(-) 0,1	0,9	1,0	0,1	5,7	5,8	0,0	4,2	4,1	(-) 0,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Analisando as maiores variações na distribuição estadual do valor adicionado bruto da Agropecuária, verifica-se que São Paulo foi responsável por 11,3% do total, passando da terceira para a segunda colocação e ampliando sua participação que, em 2009, era de 9,4%. Segundo a PAM - 2010, o Estado era o principal produtor de importantes culturas que apresentaram aumento no valor bruto da produção em 2010, como cana-de-açúcar, 15,9%, laranja, 35,8%, milho, 16,9%, café, 57,0% e banana, 102,5%. Em contrapartida, o Estado de Mato Grosso sofreu redução de 2,3 bilhões de reais no valor bruto da produção, sendo 1,8 bilhão devido à soja, cultura na qual se destaca por ser o maior produtor nacional, com 23,4% do total produzido no País.

Em relação à Indústria, em 2010 observou-se que as economias dos Estados de Minas Gerais e Pará foram as maiores responsáveis pela expansão, devido à Indústria extrativa. Minas Gerais passou a ser o segundo maior estado na geração do valor adicionado bruto industrial, ultrapassando o Rio de Janeiro.

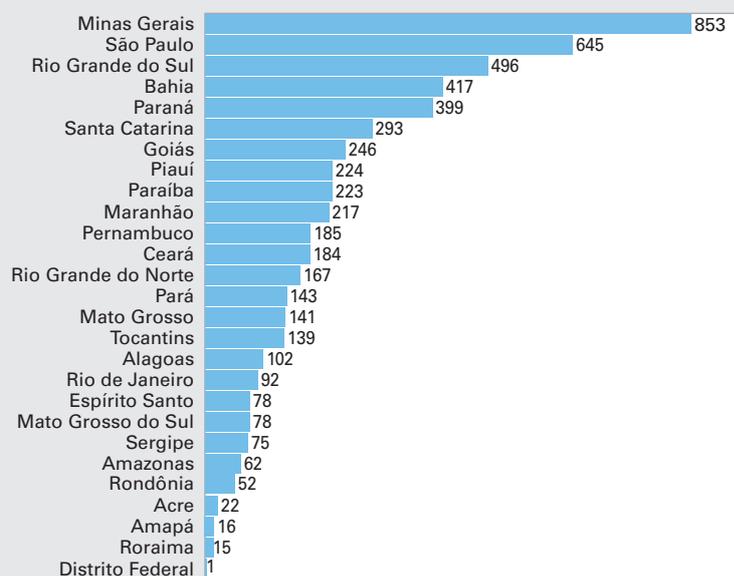
De modo geral, os estados brasileiros mantiveram o peso no setor de Serviços. Suaves movimentos positivos foram verificados nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul (0,2 ponto percentual) enquanto movimentos negativos foram registrados nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro (-0,2 ponto percentual). Pernambuco ganhou participação no segmento Comércio e serviços de manutenção e reparação, enquanto o Rio Grande do Sul ganhou participação no segmento Transporte, armazenagem e correio. São Paulo perdeu participação nos segmentos Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; Atividades imobiliárias e aluguéis; e Serviços de informação. A perda de participação do Rio de Janeiro ocorreu em todos os segmentos dos Serviços, exceto Comércio e serviços de manutenção e reparação e Serviços de alojamento e alimentação.

Produto Interno Bruto dos Municípios

A malha municipal brasileira, em 2010, dividia a extensão territorial administrativamente em 5 565 municípios, que apresentavam uma grande diversidade de recursos naturais, variações climáticas e situações econômica, social e política contrastantes. Os Gráficos 1 e 2 apresentam a distribuição dos municípios no País por Unidades da Federação e por Grandes Regiões, respectivamente.

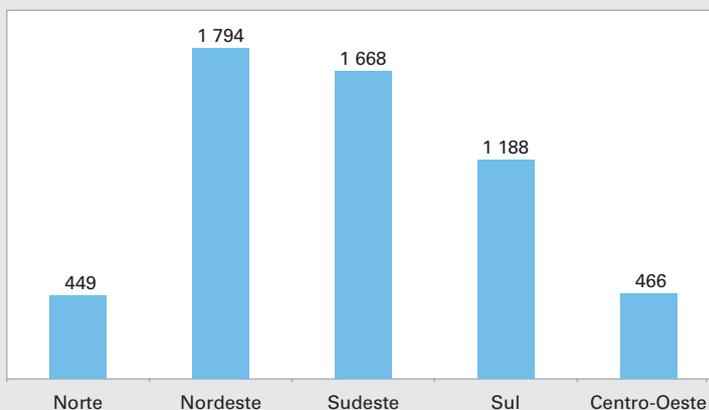
Os resultados apresentados a seguir seguem duas linhas de análise em relação ao PIB do País: a primeira avalia essencialmente a concentração, e a segunda, os movimentos dos municípios.

Gráfico 1 - Distribuição do número de municípios, segundo as Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2010



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Gráfico 2 - Distribuição do número de municípios, segundo as Grandes Regiões - 2010



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Análise da concentração do PIB

As informações do PIB dos Municípios permitem avaliar, entre outros aspectos, a concentração econômica no País. Em sequência, serão apresentados alguns resultados cujo propósito é mensurar a desigualdade ou concentração da renda gerada nos municípios brasileiros, quais sejam: a curva de Lorenz, o índice de Gini, a distribuição de frequência acumulada da renda, a concentração medida pela relação entre os municípios que geram as maiores rendas e os que geram as menores, a participação dos cinco municípios que geram as maiores rendas em relação à Unidade da Federação e a dependência econômica da Unidade da Federação em relação a sua capital.

Curva de Lorenz e índice de Gini¹¹

As curvas de Lorenz para o PIB e para o valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços evidenciam a desigualdade da economia nacional e estão representadas no Gráfico 3.

O índice de Gini para o PIB, no ano de 2010, foi de 0,86, enquanto para o valor adicionado bruto da Agropecuária, Indústria e Serviços foi de 0,57, 0,90 e 0,87, respectivamente. Estes coeficientes mantiveram-se praticamente inalterados desde 2004. No que

diz respeito à concentração, a Agropecuária é a atividade econômica que apresentou o menor grau, na medida em que sua curva de Lorenz situou-se acima das demais. O inverso ocorre com as atividades de Serviços e Indústria, cujas curvas situaram-se abaixo daquela da Agropecuária, evidenciando grande concentração. Como os Serviços pesam aproximadamente $\frac{2}{3}$ do valor adicionado bruto total (em 2010, a Agropecuária registrou R\$ 171 177 milhões; a Indústria, R\$ 905 852 milhões; e os Serviços, R\$ 2 150 151 milhões), a curva de Lorenz do PIB estava bem próxima da curva desta atividade. A atividade industrial, representada pela curva mais à direita, denota grande concentração. Consta no Anexo 2 o índice de Gini por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, para o ano de 2010.

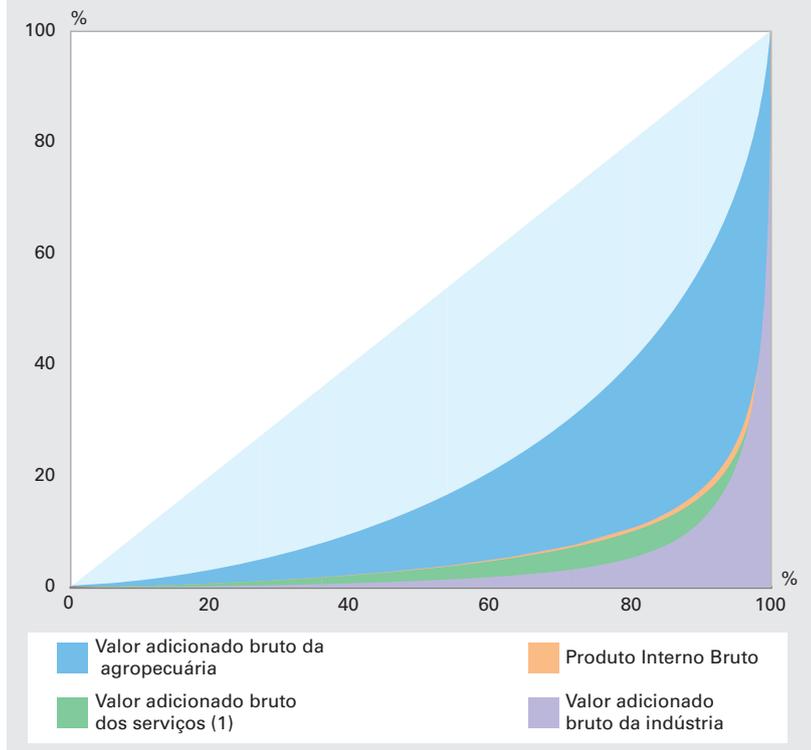
Em 2010, apenas os Estados do Amazonas e de São

Paulo apresentaram índice de Gini superior ao nacional, 0,88 e 0,87, respectivamente. Os menores indicadores, entre 0,60 e 0,70, foram observados nos Estados de Rondônia, Acre, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

O Cartograma 1 apresenta a distribuição do PIB dos Municípios por classes. Ressalta-se que o tamanho da área geográfica não deve influenciar a interpretação dos resultados. Os municípios com as maiores áreas estão localizados na Região Norte, enquanto os municípios das Regiões Sudeste e Sul são menores, o que torna a área bastante fragmentada. O Gráfico 1, com o número de municípios por Unidades da Federação, auxilia a análise espacial.

¹¹ O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus. Para maiores detalhes, ver **Glossário**, ao final da publicação.

Gráfico 3 - Curva de Lorenz do Produto Interno Bruto, do valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços - Brasil - 2010

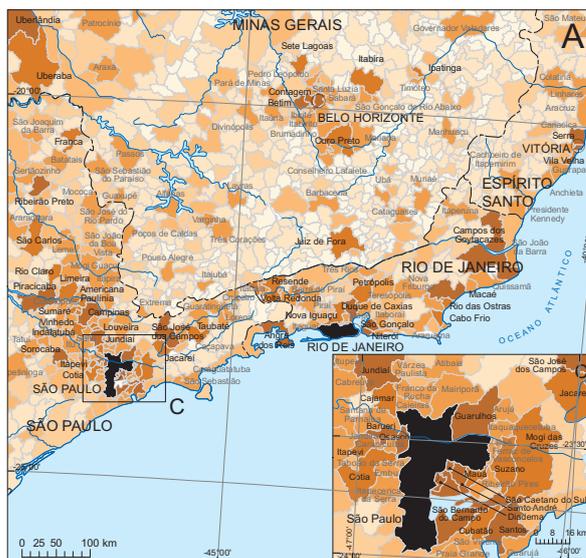
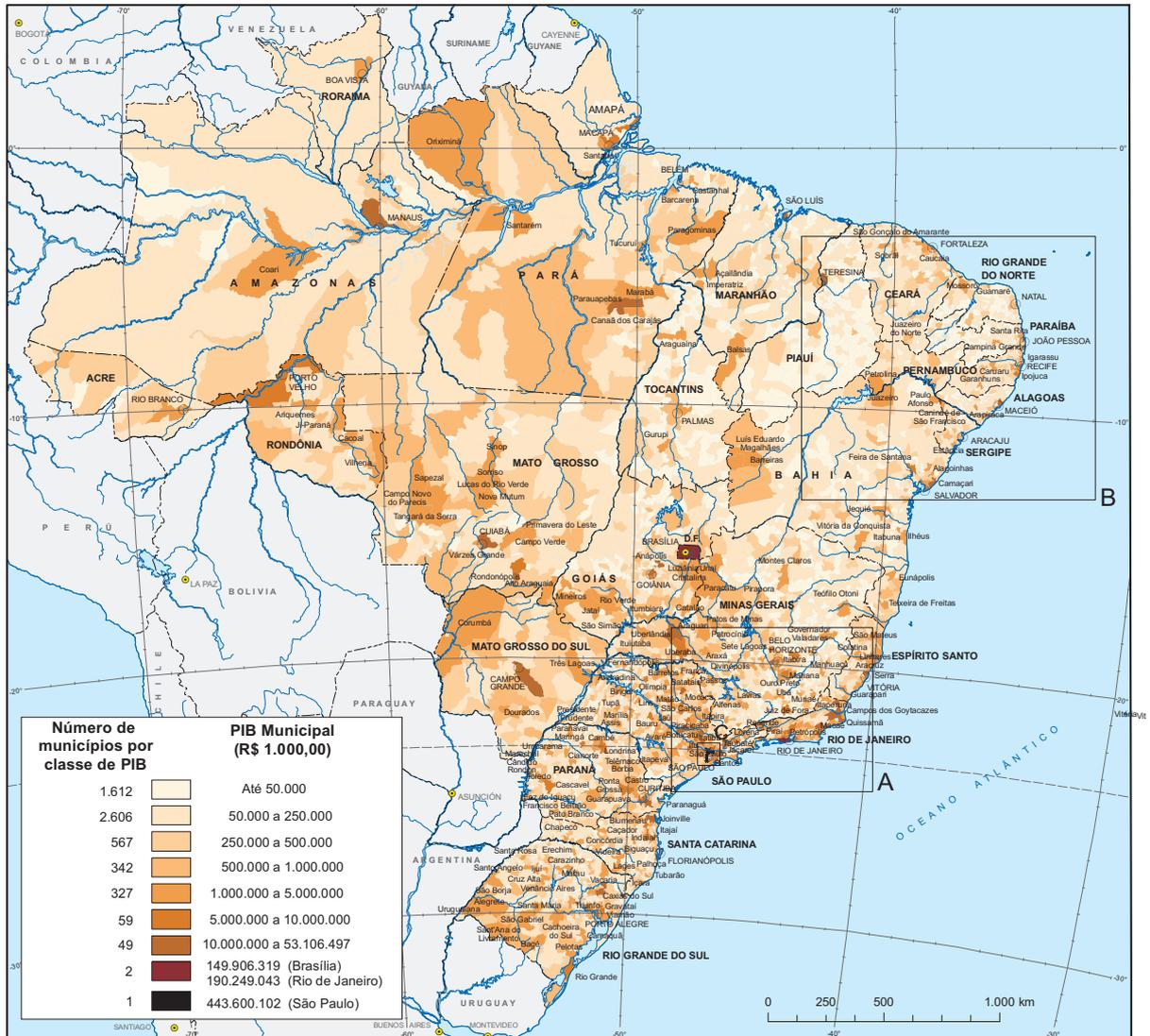


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

(1) Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Cartograma 1 - Produto Interno Bruto municipal e número de municípios em cada classe - 2010



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Distribuição do número de municípios, segundo as faixas de participação relativa no PIB

A distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹² no PIB do País, está apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no Produto Interno Bruto total do Brasil - 2006-2010

Faixas de participação relativa no Produto Interno Bruto total do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulado	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população		Dos municípios	Da população
2006 (1)						
Até 25%	5	0,1	12,7	5	0,1	12,7
De 25% a 50%	45	0,8	17,4	50	0,9	30,1
De 50% a 75%	251	4,5	23,7	301	5,4	53,9
De 75% a 95%	1 911	34,3	31,4	2 212	39,8	85,2
De 95% a 99%	2 003	36,0	11,4	4 215	75,8	96,6
De 99% a 100%	1 349	24,2	3,4	5 564	100,0	100,0
2007 (1)						
Até 25%	5	0,1	12,9	5	0,1	12,9
De 25% a 50%	44	0,8	17,4	49	0,9	30,3
De 50% a 75%	247	4,4	23,7	296	5,3	54,0
De 75% a 95%	1 924	34,6	31,0	2 220	39,9	85,0
De 95% a 99%	2 004	36,0	11,5	4 224	75,9	96,5
De 99% a 100%	1 340	24,1	3,5	5 564	100,0	100,0
2008 (1)						
Até 25%	6	0,1	13,5	6	0,1	13,5
De 25% a 50%	45	0,8	17,0	51	0,9	30,5
De 50% a 75%	251	4,5	23,2	302	5,4	53,7
De 75% a 95%	1 958	35,2	31,5	2 260	40,6	85,2
De 95% a 99%	1 991	35,8	11,4	4 251	76,4	96,6
De 99% a 100%	1 313	23,6	3,4	5 564	100,0	100,0
2009 (1)						
Até 25%	5	0,1	12,6	5	0,1	12,6
De 25% a 50%	47	0,8	18,3	52	0,9	30,9
De 50% a 75%	258	4,6	23,3	310	5,6	54,2
De 75% a 95%	1 970	35,4	31,3	2 280	41,0	85,6
De 95% a 99%	1 985	35,7	11,1	4 265	76,6	96,7
De 99% a 100%	1 300	23,4	3,3	5 565	100,0	100,0
2010 (2)						
Até 25%	6	0,1	13,7	6	0,1	13,7
De 25% a 50%	48	0,9	17,0	54	1,0	30,7
De 50% a 75%	255	4,6	23,4	309	5,6	54,1
De 75% a 95%	1 943	34,9	31,4	2 252	40,5	85,4
De 95% a 99%	1 988	35,7	11,3	4 240	76,2	96,7
De 99% a 100%	1 325	23,8	3,3	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) População do Censo Demográfico 2010, dados sujeitos a revisão.

¹² Sendo a participação relativa no PIB do País ordenada de forma decrescente.

Verifica-se que, em 2010, a renda gerada por seis municípios correspondeu a aproximadamente 25,0% de toda a geração de renda do País e que esses municípios representavam 13,7% da população. Agregando a renda de 54 municípios, alcançou-se, aproximadamente, a metade do PIB nacional e 30,7% da população. No mesmo ano, nota-se que os 1 325 municípios que pertenciam à última faixa de participação relativa responderam por aproximadamente 1,0% do PIB e concentraram 3,3% da população. Nesta faixa, estavam 75,0% dos municípios do Piauí, 61,4% dos municípios da Paraíba, 50,9% dos municípios do Rio Grande do Norte e 48,9% dos municípios do Tocantins. Estes números mostram não só a concentração da geração interna da renda como também a difusão espacial na produção desta renda.

A Tabela 4, por sua vez, demonstra a posição dos seis maiores municípios, todos capitais, em relação ao PIB, bem como a participação relativa do PIB e da população.

Tabela 4 - Posição dos seis maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto e participação relativa do Produto Interno Bruto e da população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição de 2010 - 2006-2010

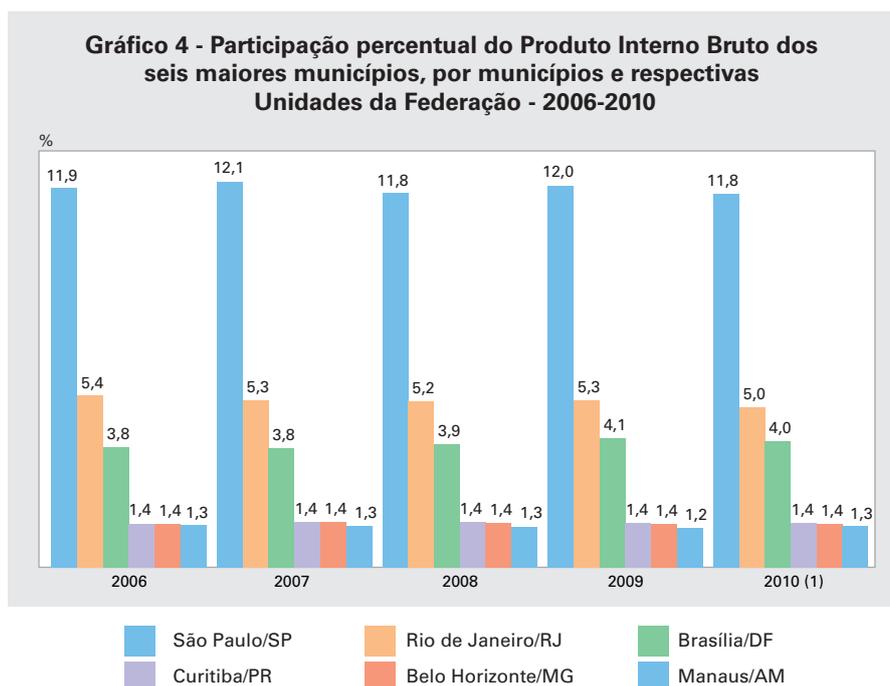
Municípios e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição de 2010	Posição dos seis maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto					Participação relativa em 2010 (%)	
	2006	2007	2008	2009	2010 (1)	Produto Interno Bruto	População (2)
São Paulo/SP	1	1	1	1	1	11,8	5,9
Rio de Janeiro/RJ	2	2	2	2	2	5,0	3,3
Brasília/DF	3	3	3	3	3	4,0	1,3
Curitiba/PR	5	5	4	4	4	1,4	0,9
Belo Horizonte/MG	4	4	5	5	5	1,4	1,2
Manaus/AM	6	6	6	6	6	1,3	0,9

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População do Censo Demográfico 2010.

De modo geral, não ocorreu alteração significativa entre os maiores municípios na série.

O Gráfico 4 destaca os seis municípios responsáveis por aproximadamente 25% do PIB em 2010 e apresenta a evolução da participação percentual em relação ao País de 2006 a 2010. Todos os seis Municípios eram Capitais e tradicionalmente identificados como concentradores da atividade de Serviços – Intermediação financeira, comércio e administração pública, exceto o Município de Manaus (Amazonas) cuja economia tinha equilíbrio entre as atividades de Indústria (Indústrias de transformação) e de Serviços.



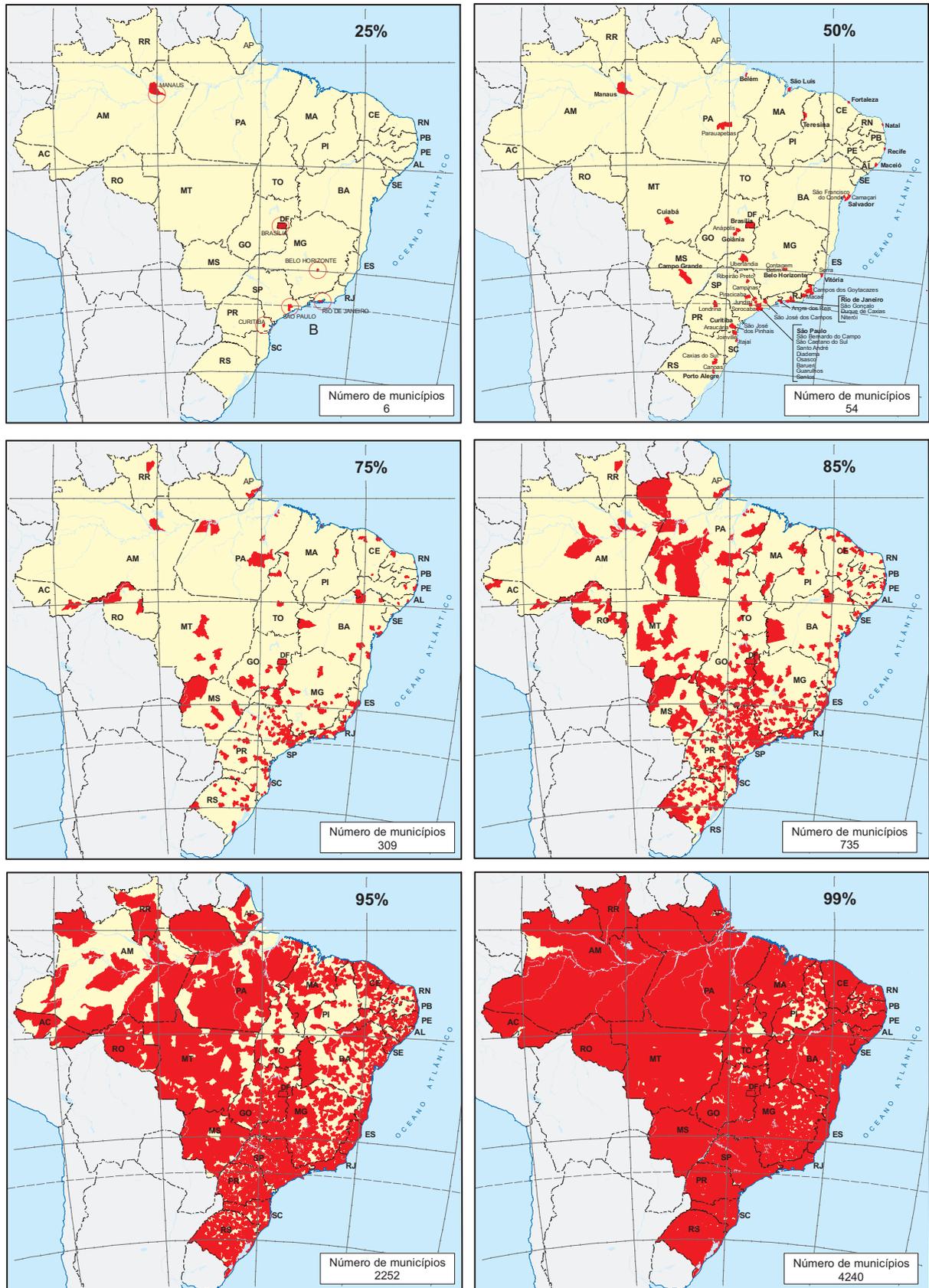
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
 (1) Dados sujeitos a revisão.

Excluindo-se os Municípios das Capitais, 11 municípios destacaram-se por gerarem individualmente mais de 0,5% do PIB, agregando 8,6% da renda do País. Esses municípios, com grande integração entre a Indústria e os Serviços, eram: Guarulhos (São Paulo), Campinas (São Paulo) e Osasco (São Paulo), que geravam, individualmente, 1,0%; São Bernardo do Campo (São Paulo), 0,9%; Betim (Minas Gerais), 0,8%; Barueri (São Paulo), Santos (São Paulo), Duque de Caxias (Rio de Janeiro) e Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), que geravam 0,7% individualmente; São José dos Campos (São Paulo), 0,6%; e Jundiaí (São Paulo) 0,5%. Estes dados também podem ser observados na Tabela de Resultados 1.

Em 2010, a Região Norte era composta por 449 municípios. Agregando-se o PIB dos seis municípios com as maiores economias (o que representava 1,3% do total de municípios da região), chegava-se a, aproximadamente, 50,0% da renda nela gerada, sendo que $\frac{1}{4}$ concentrava-se no Município de Manaus (Amazonas). Ao reproduzir a análise para as demais Grandes Regiões, verificou-se que a renda de 21 dos 1 794 municípios nordestinos (o que correspondia a 1,2% do total de municípios da região) agregava metade da renda ali gerada. Por outro lado, a Região Sudeste era formada por 1 668 municípios e com apenas 15 (o que representava 0,9% do total de municípios da região) obtinha-se a metade da renda regional. A Região Sul do País era composta por 1 188 municípios e chegava-se a 50% do PIB agregando-se a renda das 27 (2,3% do total de municípios da região) maiores economias municipais. Brasília (Distrito Federal) gerava 42,8% do PIB da Região Centro-Oeste e, nesta região, havia 466 municípios. Estes dados podem ser observados na Tabela de Resultados 7.

O Cartograma 2 mostra a distribuição acumulada do PIB dos Municípios e permite identificar, espacialmente, a distribuição dos municípios apontados na Tabela 3.

Cartograma 2 - Participação dos municípios no Produto Interno Bruto nacional - 2010

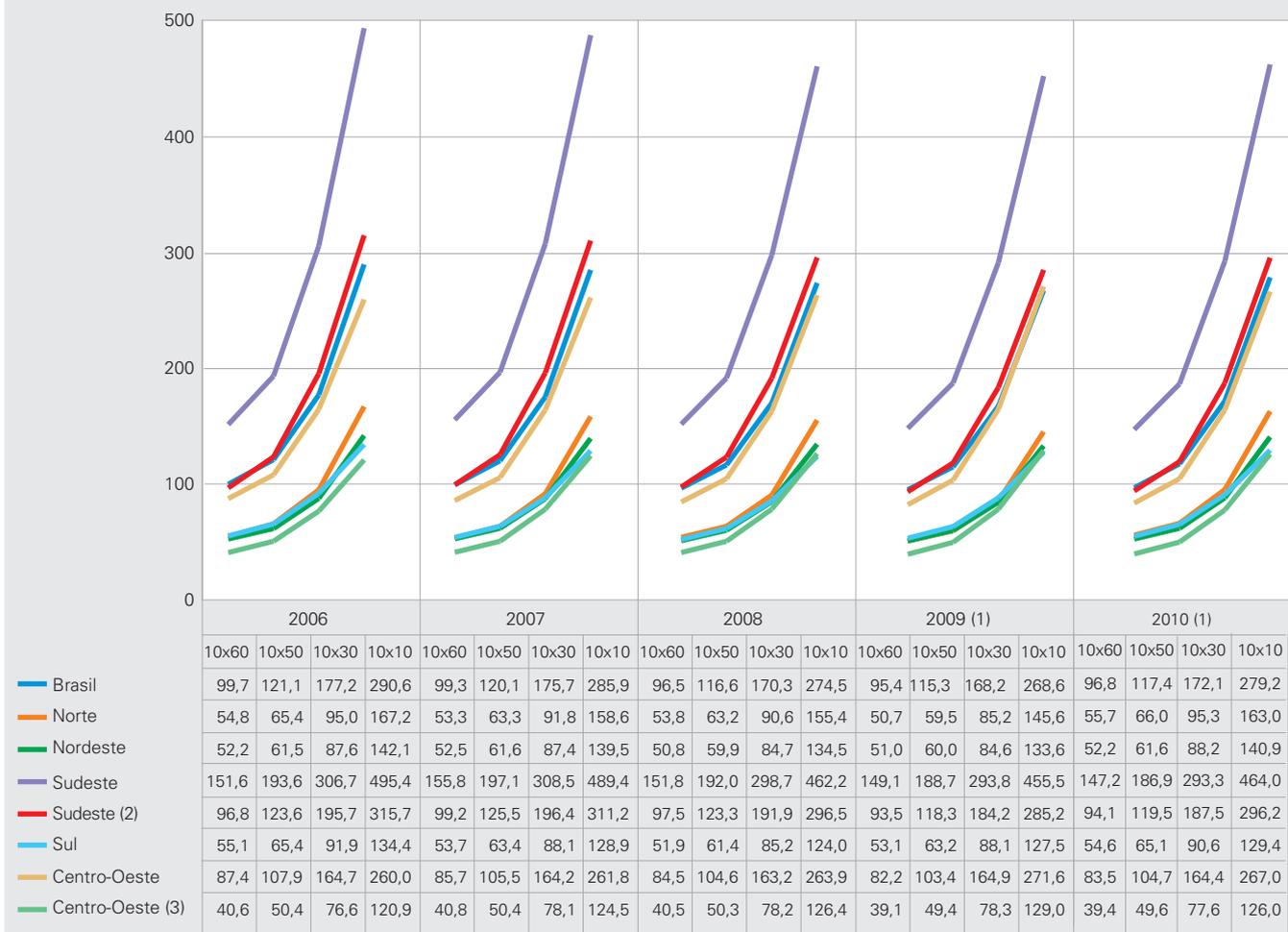


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Indicador de concentração

O Gráfico 5 apresenta um indicador de concentração calculado pela relação entre a média do PIB dos 10,0% dos municípios que mais contribuíram e a média de 60,0%, 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor contribuição para o PIB nacional¹³.

Gráfico 5 - Relação entre a média do PIB dos 10% dos municípios com os maiores PIBs e a média do PIB dos 60%, 50%, 30% e 10% dos municípios com os menores PIBs, segundo as Grandes Regiões - 2006-2010



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. (1) Dados sujeitos a revisão. (2) Excluídos os Municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro. (3) Excluída Brasília.

¹³ Os municípios foram ordenados decrescentemente em relação ao PIB. Em seguida, agregou-se o PIB dos 10% dos municípios que mais contribuíram para o total e calculou-se a média. Este é o numerador do índice. Cada denominador é composto pela média da agregação do PIB dos 60%, 50%, 30% e 10% dos municípios com menor contribuição no PIB.

O referido indicador para o Brasil revelou que, em 2010, a média dos 10,0% dos municípios com maior PIB geraram 96,8 vezes mais renda que a média dos 60,0% dos municípios com menor PIB. De forma análoga, é possível realizar a interpretação dos mesmos indicadores com bases de comparação da média dos 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor PIB.

A Região Sudeste apresentou os maiores indicadores ao longo da série. Em destaque, observou-se que, excluindo-se os Municípios de São Paulo (São Paulo) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), o cálculo do indicador da região continuou alto, o maior entre todas as Grandes Regiões, evidenciando concentração do PIB na Região Sudeste. Em outro extremo, as Regiões Nordeste, Norte e Sul apresentaram os menores coeficientes de dispersão. Na Região Centro-Oeste, ficou evidente a concentração devido a Brasília (Distrito Federal).

Participação dos cinco maiores PIB municipais por Unidades da Federação

A Tabela 5 apresenta os cinco maiores PIB municipais por Unidades da Federação, em 2010, e retrata o quanto cada um desses municípios representava em relação ao respectivo PIB estadual. De maneira geral, pode-se observar que, na maioria dos estados das Regiões Norte e Nordeste, os cinco maiores PIB municipais concentravam mais do que 50% do PIB estadual. As exceções foram os Estados do Tocantins e da Bahia, com 47,7% e 46,4%, respectivamente. A Região Sudeste não apresentou padrão específico, sendo que os cinco maiores PIB municipais do Espírito Santo e do Rio de Janeiro concentravam, aproximadamente, 65% do PIB dos seus estados. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste do País, essa concentração não alcançava 50%, exceto o Estado de Mato Grosso do Sul, que apresentou concentração de 56,2%.

Os Estados do Amazonas e do Amapá, onde os cinco maiores PIB municipais participavam com 87,4% de seus respectivos PIB estaduais, apresentaram as maiores concentrações espaciais de renda do País, seguidos pelo Estado de Roraima, com 85,3%. Em outro extremo, encontravam-se os Estados de Minas Gerais, 35,6%, Rio Grande do Sul, 35,7%, Santa Catarina, 37,9%, e Mato Grosso, 39,8%, com as menores concentrações de renda.

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2010

(continua)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações	
			Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
Rondônia (52 municípios)	50,5			
Porto Velho		7 522 929	31,9	31,9
Ji-Paraná		1 686 400	7,2	39,1
Vilhena		1 415 220	6,0	45,1
Ariquemes		1 293 436	5,5	50,6
Cacoal		1 168 442	5,0	55,5
Acre (22 municípios)	71,0			
Rio Branco		4 311 124	50,9	50,9
Cruzeiro do Sul		834 876	9,8	60,7
Sena Madureira		393 483	4,6	65,4
Tarauacá		291 011	3,4	68,8
Feijó		264 531	3,1	71,9
Amazonas (62 municípios)	61,8			
Manaus		48 598 153	81,3	81,3
Coari		1 376 424	2,3	83,6
Itacoatiara		955 695	1,6	85,2
Parintins		675 415	1,1	86,3
Manacapuru		624 168	1,0	87,4
Roraima (15 municípios)	79,6			
Boa Vista		4 659 977	73,5	73,5
Rorainópolis		238 153	3,8	77,3
Caracaraí		181 307	2,9	80,1
Mucajá		165 198	2,6	82,7
Alto Alegre		164 155	2,6	85,3
Pará (143 municípios)	31,0			
Belém		17 987 323	23,1	23,1
Parauapebas		15 918 216	20,4	43,6
Ananindeua		3 669 747	4,7	48,3
Marabá		3 601 647	4,6	52,9
Barcarena		3 550 233	4,6	57,5
Amapá (16 municípios)	86,2			
Macapá		5 215 130	63,1	63,1
Santana		1 242 259	15,0	78,1
Laranjal do Jari		355 747	4,3	82,4
Oiapoque		236 269	2,9	85,3
Porto Grande		172 454	2,1	87,4
Tocantins (139 municípios)	38,0			
Palmas		3 927 446	22,8	22,8
Araguaína		1 922 814	11,2	33,9
Gurupi		1 102 899	6,4	40,3
Porto Nacional		670 913	3,9	44,2
Miracema do Tocantins		595 154	3,5	47,7
Maranhão (217 municípios)	24,4			
São Luís		17 915 048	39,6	39,6
Imperatriz		2 119 619	4,7	44,3
Açailândia		1 307 215	2,9	47,2
Balsas		1 102 443	2,4	49,6
Timon		817 392	1,8	51,4

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2010

(continuação)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações	
			Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
Piauí (224 municípios)	35,6			
Teresina		10 539 378	47,8	47,8
Parnaíba		947 088	4,3	52,1
Picos		700 303	3,2	55,2
Florianópolis		542 896	2,5	57,7
Uruçuá		443 393	2,0	59,7
Ceará (184 municípios)	40,5			
Fortaleza		37 106 309	47,7	47,7
Maracanaú		4 100 336	5,3	52,9
Caucaia		2 597 520	3,3	56,3
Sobral		2 348 207	3,0	59,3
Juazeiro do Norte		1 959 969	2,5	61,8
Rio Grande do Norte (167 municípios)	43,1			
Natal		11 997 401	37,1	37,1
Mossoró		3 496 776	10,8	47,9
Parnamirim		2 350 562	7,3	55,2
Guamaré		1 197 835	3,7	58,9
São Gonçalo do Amarante		953 855	2,9	61,8
Paraíba (223 municípios)	36,8			
João Pessoa		9 805 587	30,7	30,7
Campina Grande		4 336 824	13,6	44,3
Cabedelo		2 460 910	7,7	52,0
Santa Rita		1 246 777	3,9	55,9
Bayeux		698 617	2,2	58,1
Pernambuco (185 municípios)	31,2			
Recife		30 032 003	31,6	31,6
Ipojuca		9 095 145	9,6	41,1
Jaboatão dos Guararapes		8 359 552	8,8	49,9
Cabo de Santo Agostinho		4 476 233	4,7	54,6
Petrolina		3 149 160	3,3	57,9
Alagoas (102 municípios)	41,6			
Maceió		12 114 090	49,3	49,3
Arapiraca		1 881 363	7,7	57,0
Marechal Deodoro		759 253	3,1	60,0
São Miguel dos Campos		609 592	2,5	62,5
Coruripe		539 063	2,2	64,7
Sergipe (75 municípios)	41,0			
Aracaju		8 751 494	36,6	36,6
Nossa Senhora do Socorro		1 804 869	7,5	44,1
Canindé de São Francisco		1 326 773	5,5	49,7
Estância		1 029 449	4,3	54,0
Laranjeiras		960 709	4,0	58,0
Bahia (417 municípios)	25,6			
Salvador		36 744 670	23,8	23,8
Camaçari		13 379 554	8,7	32,5
São Francisco do Conde		9 848 259	6,4	38,9
Feira de Santana		7 433 139	4,8	43,7
Candeias		4 204 817	2,7	46,4
Minas Gerais (853 municípios)	22,8			
Belo Horizonte		51 661 760	14,7	14,7
Betim		28 297 360	8,1	22,8
Contagem		18 539 693	5,3	28,0
Uberlândia		18 286 904	5,2	33,2
Juiz de Fora		8 314 431	2,4	35,6

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2010

(conclusão)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações	
			Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
Espírito Santo (78 municípios)	43,3			
Vitória		24 969 295	30,4	30,4
Serra		12 703 017	15,5	45,9
Vila Velha		6 978 690	8,5	54,4
Cariacica		4 904 147	6,0	60,3
Anchieta		4 185 736	5,1	65,4
Rio de Janeiro (92 municípios)	52,1			
Rio de Janeiro		190 249 043	46,7	46,7
Duque de Caxias		26 496 845	6,5	53,2
Campos dos Goytacazes		25 313 179	6,2	59,5
Macaé		11 267 976	2,8	62,2
Niterói		11 214 103	2,8	65,0
São Paulo (645 municípios)	36,3			
São Paulo		443 600 102	35,6	35,6
Guarulhos		37 139 404	3,0	38,5
Campinas		36 688 629	2,9	41,5
Osasco		36 389 080	2,9	44,4
São Bernardo do Campo		35 578 586	2,9	47,2
Paraná (399 municípios)	28,7			
Curitiba		53 106 497	24,4	24,4
São José dos Pinhais		13 690 888	6,3	30,7
Araucária		12 371 028	5,7	36,4
Londrina		9 936 563	4,6	41,0
Maringá		8 263 628	3,8	44,8
Santa Catarina (293 municípios)	25,2			
Joinville		18 473 990	12,1	12,1
Itajaí		15 235 108	10,0	22,1
Florianópolis		9 806 534	6,4	28,5
Blumenau		8 950 141	5,9	34,4
Jaraguá do Sul		5 259 384	3,4	37,9
Rio Grande do Sul (496 municípios)	24,5			
Porto Alegre		43 038 100	17,0	17,0
Canoas		16 547 966	6,6	23,6
Caxias do Sul		15 692 359	6,2	29,8
Rio Grande		7 737 855	3,1	32,9
Gravataí		7 081 795	2,8	35,7
Mato Grosso do Sul (78 municípios)	51,7			
Campo Grande		13 875 046	31,9	31,9
Dourados		3 543 858	8,1	40,0
Corumbá		3 248 681	7,5	47,5
Três Lagoas		2 821 909	6,5	54,0
Ponta Porã		968 521	2,2	56,2
Mato Grosso (141 municípios)	36,9			
Cuiabá		11 051 628	18,5	18,5
Rondonópolis		5 094 937	8,5	27,1
Várzea Grande		3 449 445	5,8	32,9
Primavera do Leste		2 073 040	3,5	36,4
Sorriso		2 067 137	3,5	39,8
Goiás (246 municípios)	39,2			
Goiânia		24 445 744	25,1	25,1
Anápolis		10 059 557	10,3	35,4
Aparecida de Goiânia		5 148 640	5,3	40,6
Rio Verde		4 160 501	4,3	44,9
Catalão		3 970 852	4,1	49,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Municípios das Capitais

Com relação à participação das capitais na economia brasileira, em 2010, o Município de São Paulo (São Paulo) ocupava a primeira posição em termos de contribuição ao PIB do País, enquanto Palmas (Tocantins) ocupava o último lugar. A Tabela 6 mostra o PIB das capitais e a posição da capital em relação ao estado e ao Brasil. Pode-se observar que Florianópolis (Santa Catarina) era a única capital que não ocupava a primeira posição em seu estado. Em Santa Catarina, o maior município em toda série, de 1999 a 2010, foi Joinville, o mais populoso do estado, que faz parte do polo metal-mecânico catarinense, enquanto o segundo maior município em relação ao PIB catarinense, em 2010, foi Itajaí.

Tabela 6 - Produto Interno Bruto dos Municípios das Capitais, por posição em relação às Capitais, à Unidade da Federação e ao Brasil, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2010

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Produto Interno Bruto			
	Valor (1 000 R\$)	Posição em relação		
		Às Capitais	À Unidade da Federação	Ao Brasil
São Paulo/SP	443 600 102	1º	1º	1º
Rio de Janeiro/RJ	190 249 043	2º	1º	2º
Brasília/DF	149 906 319	3º	1º	3º
Curitiba/PR	53 106 497	4º	1º	4º
Belo Horizonte/MG	51 661 760	5º	1º	5º
Manaus/AM	48 598 153	6º	1º	6º
Porto Alegre/RS	43 038 100	7º	1º	7º
Fortaleza/CE	37 106 309	8º	1º	9º
Salvador/BA	36 744 670	9º	1º	10º
Recife/PE	30 032 003	10º	1º	14º
Vitória/ES	24 969 295	11º	1º	20º
Goiânia/GO	24 445 744	12º	1º	21º
Belém/PA	17 987 323	13º	1º	27º
São Luís/MA	17 915 048	14º	1º	28º
Campo Grande/MS	13 875 046	15º	1º	36º
Maceió/AL	12 114 090	16º	1º	41º
Natal/RN	11 997 401	17º	1º	42º
Cuiabá/MT	11 051 628	18º	1º	46º
Teresina/PI	10 539 378	19º	1º	49º
Florianópolis/SC	9 806 534	20º	3º	55º
João Pessoa/PB	9 805 587	21º	1º	56º
Aracaju/SE	8 751 494	22º	1º	65º
Porto Velho/RO	7 522 929	23º	1º	72º
Macapá/AP	5 215 130	24º	1º	104º
Boa Vista/RR	4 659 977	25º	1º	121º
Rio Branco/AC	4 311 124	26º	1º	131º
Palmas/TO	3 927 446	27º	1º	147º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Calculou-se a participação do PIB de cada capital em relação ao PIB do País e em relação ao PIB da respectiva Unidade da Federação. Estes resultados estão apresentados nos Quadros 1 e 2, respectivamente. Mantiveram-se as mesmas cores para as Unidades da Federação que pertencem a uma mesma região geográfica.

Quadro 1 - Participação relativa do Produto Interno Bruto em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2006-2010

2006	2007	2008	2009	2010 (1)
São Paulo/SP 11,9	São Paulo/SP 12,1	São Paulo/SP 11,8	São Paulo/SP 12,0	São Paulo/SP 11,8
Rio de Janeiro/RJ 5,4	Rio de Janeiro/RJ 5,3	Rio de Janeiro/RJ 5,2	Rio de Janeiro/RJ 5,3	Rio de Janeiro/RJ 5,0
Brasília/DF 3,8	Brasília/DF 3,8	Brasília/DF 3,9	Brasília/DF 4,1	Brasília/DF 4,0
Belo Horizonte/MG 1,4	Belo Horizonte/MG 1,4	Curitiba/PR 1,4	Curitiba/PR 1,4	Curitiba/PR 1,4
Curitiba/PR 1,4	Curitiba/PR 1,4	Belo Horizonte/MG 1,4	Belo Horizonte/MG 1,4	Belo Horizonte/MG 1,4
Manaus/AM 1,3	Manaus/AM 1,3	Manaus/AM 1,3	Manaus/AM 1,2	Manaus/AM 1,3
Porto Alegre/RS 1,3	Porto Alegre/RS 1,3	Porto Alegre/RS 1,2	Porto Alegre/RS 1,1	Porto Alegre/RS 1,1
Salvador/BA 1,0	Salvador/BA 1,0	Salvador/BA 1,0	Salvador/BA 1,0	Fortaleza/CE 1,0
Fortaleza/CE 0,9	Fortaleza/CE 0,9	Fortaleza/CE 0,9	Fortaleza/CE 1,0	Salvador/BA 1,0
Recife/PE 0,8	Recife/PE 0,8	Vitória/ES 0,8	Recife/PE 0,8	Recife/PE 0,8
Vitória/ES 0,7	Vitória/ES 0,7	Recife/PE 0,7	Goiânia/GO 0,7	Vitória/ES 0,7
Goiânia/GO 0,7	Goiânia/GO 0,7	Goiânia/GO 0,6	Vitória/ES 0,6	Goiânia/GO 0,6
Belém/PA 0,5				
São Luís/MA 0,5				
Campo Grande/MS 0,3	Campo Grande/MS 0,3	Campo Grande/MS 0,3	Campo Grande/MS 0,4	Campo Grande/MS 0,4
Natal/RN 0,3	Maceió/AL 0,3	Maceió/AL 0,3	Natal/RN 0,3	Maceió/AL 0,3
Maceió/AL 0,3	Natal/RN 0,3	Cuiabá/MT 0,3	Maceió/AL 0,3	Natal/RN 0,3
Cuiabá/MT 0,3	Cuiabá/MT 0,3	Natal/RN 0,3	Cuiabá/MT 0,3	Cuiabá/MT 0,3
Florianópolis/SC 0,3	Florianópolis/SC 0,3	Florianópolis/SC 0,3	Teresina/PI 0,3	Teresina/PI 0,3
Teresina/PI 0,3	João Pessoa/PB 0,3	João Pessoa/PB 0,3	João Pessoa/PB 0,3	Florianópolis/SC 0,3
João Pessoa/PB 0,3	Teresina/PI 0,2	Teresina/PI 0,2	Florianópolis/SC 0,3	João Pessoa/PB 0,3
Aracaju/SE 0,2				
Porto Velho/RO 0,2				
Macapá/AP 0,1				
Boa Vista/RR 0,1	Rio Branco/AC 0,1	Boa Vista/RR 0,1	Boa Vista/RR 0,1	Boa Vista/RR 0,1
Rio Branco/AC 0,1	Boa Vista/RR 0,1	Rio Branco/AC 0,1	Rio Branco/AC 0,1	Rio Branco/AC 0,1
Palmas/TO 0,1				

■ Norte
 ■ Nordeste
 ■ Sudeste
 ■ Sul
 ■ Centro-Oeste

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Brasília (Distrito Federal) e as capitais de São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Rio Grande do Sul, Pará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Rondônia, Amapá e Tocantins permaneceram nas mesmas posições durante todo o período de 2006 a 2010. Os movimentos entre as demais capitais foram sempre suaves, sendo que, em relação a 2009, houve ganho de posição de Fortaleza (Ceará), Vitória (Espírito Santo), Maceió (Alagoas) e Florianópolis (Santa Catarina) em relação a Salvador (Bahia), Goiânia (Goiás), Natal (Rio Grande do Norte) e João Pessoa (Paraíba), respectivamente.

Em 2010, a participação das capitais na composição do PIB nacional foi a menor desde o início da série, em 1999. O conjunto das capitais brasileiras representava 34,0% da renda nacional, sendo que as capitais da Região Norte foram responsáveis por 2,4% desse total; as da Região Nordeste, por 4,6%; as da Região Sudeste, 18,8%; as da Região Sul, 2,8%; e as da Região Centro-Oeste, 5,3%.

O Quadro 2 mostra a dependência dos estados das Regiões Norte e Nordeste de suas respectivas capitais. O Estado de Santa Catarina era o mais autônomo, tendo sua capital, Florianópolis, contribuído, em 2010, com 6,4%, enquanto o Estado do Amazonas era o mais dependente, uma vez que sua capital, Manaus, contribuiu com mais de 81,0% para o PIB do estado, em toda a série. As capitais do Rio Grande do Sul, Bahia e Acre perderam participação em seus respectivos estados em todos os anos no período de 2006 a 2010.

Quadro 2 - Participação relativa do Produto Interno Bruto em relação ao Produto Interno Bruto da Unidade da Federação, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2006-2010

2006		2007		2008		2009		2010 (1)	
Brasília/DF	100,0								
Manaus/AM	81,2	Manaus/AM	81,8	Manaus/AM	81,2	Manaus/AM	81,6	Manaus/AM	81,3
Boa Vista/RR	71,3	Boa Vista/RR	72,8	Boa Vista/RR	73,2	Boa Vista/RR	73,1	Boa Vista/RR	73,5
Macapá/AP	64,0	Macapá/AP	63,4	Macapá/AP	63,3	Macapá/AP	63,1	Macapá/AP	63,1
Rio Branco/AC	53,8	Rio Branco/AC	52,8	Rio Branco/AC	52,7	Rio Branco/AC	51,9	Rio Branco/AC	50,9
Fortaleza/CE	48,2	Fortaleza/CE	48,6	Fortaleza/CE	47,9	Maceió/AL	48,3	Maceió/AL	49,3
Teresina/PI	46,8	Maceió/AL	47,8	Maceió/AL	46,9	Rio de Janeiro/RJ	48,2	Teresina/PI	47,8
Rio de Janeiro/RJ	46,5	Rio de Janeiro/RJ	47,2	Rio de Janeiro/RJ	46,3	Fortaleza/CE	47,7	Fortaleza/CE	47,7
Maceió/AL	46,2	Teresina/PI	46,2	Teresina/PI	44,8	Teresina/PI	45,7	Rio de Janeiro/RJ	46,7
São Luís/MA	39,1	São Luís/MA	38,8	São Luís/MA	38,2	São Luís/MA	38,4	São Luís/MA	39,6
Aracaju/SE	37,2	Aracaju/SE	37,1	São Paulo/SP	35,6	Natal/RN	37,1	Natal/RN	37,1
Natal/RN	36,0	São Paulo/SP	35,8	Natal/RN	34,8	Aracaju/SE	35,9	Aracaju/SE	36,6
São Paulo/SP	35,2	Natal/RN	35,0	Aracaju/SE	34,6	São Paulo/SP	35,9	São Paulo/SP	35,6
Recife/PE	33,0	Recife/PE	33,2	Vitória/ES	33,1	Porto Velho/RO	32,6	Porto Velho/RO	31,9
Campo Grande/MS	32,1	Campo Grande/MS	31,8	Recife/PE	31,9	Campo Grande/MS	32,0	Campo Grande/MS	31,9
Vitória/ES	31,2	Vitória/ES	31,7	Campo Grande/MS	31,6	Recife/PE	31,5	Recife/PE	31,6
João Pessoa/PB	29,9	João Pessoa/PB	30,4	João Pessoa/PB	29,8	João Pessoa/PB	30,0	João Pessoa/PB	30,7
Porto Velho/RO	28,8	Porto Velho/RO	29,1	Porto Velho/RO	28,3	Vitória/ES	29,6	Vitória/ES	30,4
Belém/PA	28,2	Belém/PA	28,0	Belém/PA	26,1	Belém/PA	28,4	Goiânia/GO	25,1
Goiânia/GO	27,9	Goiânia/GO	27,4	Goiânia/GO	25,8	Goiânia/GO	25,0	Curitiba/PR	24,4
Salvador/BA	25,0	Salvador/BA	24,4	Salvador/BA	24,2	Salvador/BA	24,2	Salvador/BA	23,8
Curitiba/PR	23,6	Curitiba/PR	23,6	Curitiba/PR	24,2	Curitiba/PR	24,1	Belém/PA	23,1
Cuiabá/MT	20,4	Palmas/TO	20,4	Palmas/TO	20,0	Palmas/TO	20,3	Palmas/TO	22,8
Palmas/TO	20,1	Porto Alegre/RS	19,0	Porto Alegre/RS	18,0	Cuiabá/MT	17,1	Cuiabá/MT	18,5
Porto Alegre/RS	19,2	Cuiabá/MT	18,5	Cuiabá/MT	16,8	Porto Alegre/RS	17,1	Porto Alegre/RS	17,0
Belo Horizonte/MG	15,1	Belo Horizonte/MG	15,9	Belo Horizonte/MG	15,0	Belo Horizonte/MG	15,6	Belo Horizonte/MG	14,7
Florianópolis/SC	7,1	Florianópolis/SC	6,8	Florianópolis/SC	6,6	Florianópolis/SC	6,4	Florianópolis/SC	6,4

■ Norte
 ■ Nordeste
 ■ Sudeste
 ■ Sul
 ■ Centro-Oeste

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Movimentos mais expressivos entre os municípios

As análises seguintes têm como foco os movimentos mais expressivos da economia, considerando o biênio 2009-2010. São apresentados os ganhos e as perdas na participação relativa entre os municípios com maior participação no PIB e os movimentos mais significativos de posição no País. Em síntese, os principais movimentos observados em 2010 estão vinculados às *commodities*. Os baixos preços das *commodities* agrícolas impactaram principalmente os municípios produtores de soja, ocasionando perda de participação no País, enquanto os altos preços das *commodities* minerais, principalmente do minério de ferro, resultaram em que municípios produtores ganhassem participação.

A análise de ganhos e perdas na participação percentual do PIB de 2010 em relação a 2009 foi realizada considerando os municípios que geravam pelo menos 0,5% do PIB nacional. A Tabela 7 apresenta os 23 municípios que se enquadravam nessa categoria.

Tabela 7 - Participação relativa e diferença absoluta do Produto Interno Bruto, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do Produto Interno Bruto e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2006-2010

Municípios com pelo menos 0,5% do Produto Interno Bruto e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Produto Interno Bruto					Diferença absoluta 2009/2010 (%)
	Participação relativa (%)					
	2006	2007	2008	2009	2010 (1)	
Vitória/ES	0,7	0,7	0,8	0,6	0,7	0,1
São Bernardo do Campo/SP	0,9	0,9	1,0	0,9	0,9	0,1
Campos dos Goytacazes/RJ	1,0	0,8	1,0	0,6	0,7	0,0
Manaus/AM	1,3	1,3	1,3	1,2	1,3	0,0
Santos/SP	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,0
Recife/PE	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,0
Jundiaí/SP	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0
Fortaleza/CE	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	0,0
Porto Alegre/RS	1,3	1,3	1,2	1,1	1,1	0,0
Curitiba/PR	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	0,0
Campinas/SP	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
Belo Horizonte/MG	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	0,0
Osasco/SP	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0	0,0
Goiânia/GO	0,7	0,7	0,6	0,7	0,6	0,0
Guarulhos/SP	1,1	1,0	1,1	1,0	1,0	0,0
Betim/MG	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0
São José dos Campos/SP	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,0
Salvador/BA	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
Duque de Caxias/RJ	0,9	1,1	0,6	0,8	0,7	-0,1
Brasília/DF	3,8	3,8	3,9	4,1	4,0	-0,1
Barueri/SP	1,1	1,0	0,9	0,8	0,7	-0,1
Rio de Janeiro/RJ	5,4	5,3	5,2	5,3	5,0	-0,2
São Paulo/SP	11,9	12,1	11,8	12,0	11,8	-0,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Em Vitória (Espírito Santo), a variação positiva na participação deveu-se principalmente à atividade extrativa mineral. Em 2010, ocorreu forte recuperação da produção de pelotas de minério de ferro, fato que influenciou, também, no aumento de participação do segmento energia.

Em São Bernardo do Campo (São Paulo), destacava-se a indústria automotiva e demais ramos industriais ligados a esta cadeia produtiva, além da indústria de artigos de perfumaria e cosmético. Estes segmentos foram os principais responsáveis pelo ganho de participação do município.

No Município de São Paulo (São Paulo), os segmentos Indústria de transformação e Comércio e serviços de manutenção e reparação foram os principais responsáveis pela perda de participação.

A queda de participação do Município do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) ocorreu principalmente em função da Indústria de transformação, no segmento fabricação de máquinas e equipamentos utilizados na extração mineral e na construção. O Município do Rio de Janeiro também perdeu participação devido ao ganho da atividade extrativa mineral, que não é típica da capital carioca.

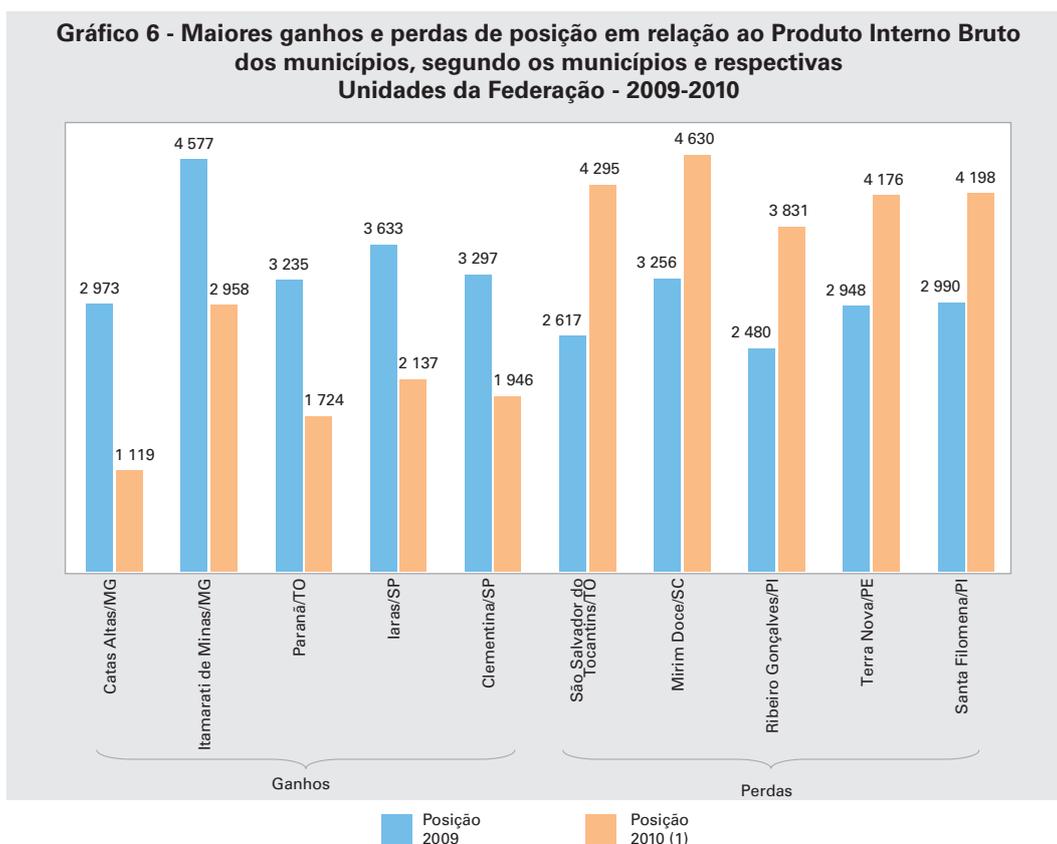
Barueri (São Paulo) perdeu participação em 2010 principalmente em função dos segmentos Comércio e serviços de manutenção e reparação e Indústria de transformação.

Segundo as Contas Regionais do Brasil, em 2010, os Serviços geravam 93,2% da economia do Distrito Federal. Nesse ano, o segmento que mais pesava era Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, 54,4%, que perdeu 0,9 ponto percentual de participação em relação ao ano anterior.

A perda de participação do Município de Duque de Caxias (Rio de Janeiro) ocorreu devido, principalmente, à queda do segmento comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo.

A análise dos maiores ganhos e perdas de posição dos municípios no País, no biênio 2009-2010, foi realizada considerando-se todos os municípios brasileiros e está ilustrada no Gráfico 6.

No município mineiro de Catas Altas, as operações de extração de minério de ferro registraram crescimento contínuo desde 2006. Ao final de 2008, em razão da crise, as atividades de algumas minas foram suspensas. Em 2010, o alto preço do minério provocou aumento substancial da produção. Itamarati de Minas (Minas Gerais), impulsionado principalmente pela retomada do mercado interno, retomou suas atividades de extração da bauxita – principal matéria prima para a fabricação de alumínio. Em Paranã (Tocantins), o ganho de posição foi consequência do início de operação de uma usina de geração de energia. O aumento de produção de frutas cítricas impactou a economia de Iaras (São Paulo) e o comércio foi responsável pelo ganho de posição de Clementina (São Paulo).



A perda de posição do Município de São Salvador do Tocantins (Tocantins) foi decorrente do encerramento das obras de uma usina hidroelétrica no município vizinho de Paranã, citado anteriormente, enquanto a queda do Município de Mirim Doce (Santa Catarina) foi ocasionada pelo segmento construção civil. O Município de Ribeiro Gonçalves (Piauí) registrou acentuada queda na produção de milho e arroz devido à escassez de chuvas. Essa queda também foi verificada no Município de Santa Filomena (Piauí), além da redução da área plantada de algodão herbáceo. No Município de Terra Nova (Pernambuco), ocorreu declínio no setor agropecuário devido tanto à quantidade produzida quanto ao preço da cebola. Este fato impulsionou negativamente vários setores de atividades que eram integrados com a atividade agrícola.

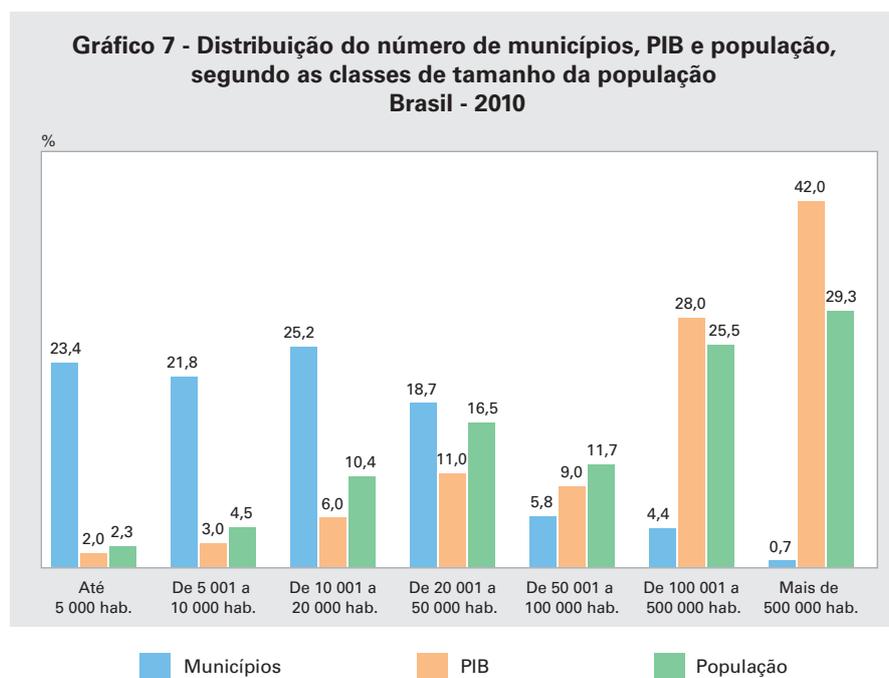
PIB per capita

O PIB *per capita* de cada município foi estimado pelo quociente entre o valor do PIB do município e a sua população residente, expressa nos primeiros resultados do Censo Demográfico 2010, divulgados e enviados ao Tribunal de Contas da União - TCU¹⁴ em 29 de novembro de 2010.

¹⁴ A população atribuída ao Município de Uruará (Pará) foi 44 720 habitantes. Desse modo o total da população é o mesmo utilizado nas Contas Regionais do Brasil – 2010.

É relevante salientar que nem toda a renda gerada no município é apropriada por sua população residente, uma vez que a geração da renda e o consumo não são necessariamente realizados em um mesmo município. O Cartograma 3 foi construído de maneira a permitir a comparação entre o PIB *per capita* dos municípios e o PIB *per capita* brasileiro que, em 2010, foi de R\$ 19 766,33. Desse modo, os tons de amarelo foram atribuídos aos municípios com PIB *per capita* inferior ao nacional e os tons de verde designados para representar os municípios com PIB *per capita* superior ao nacional; quanto mais distante do valor nacional o município se encontrava, mais forte era a tonalidade.

O Gráfico 7 mostra a distribuição do número de municípios, o PIB e a população residente segundo faixas de população. As duas últimas faixas de população, isto é, os 283 municípios com mais de 100 000 habitantes, geraram aproximadamente 70% de toda a renda do País. Os 3 915 municípios com até 20 000 mil habitantes foram responsáveis por menos de 10% da renda.



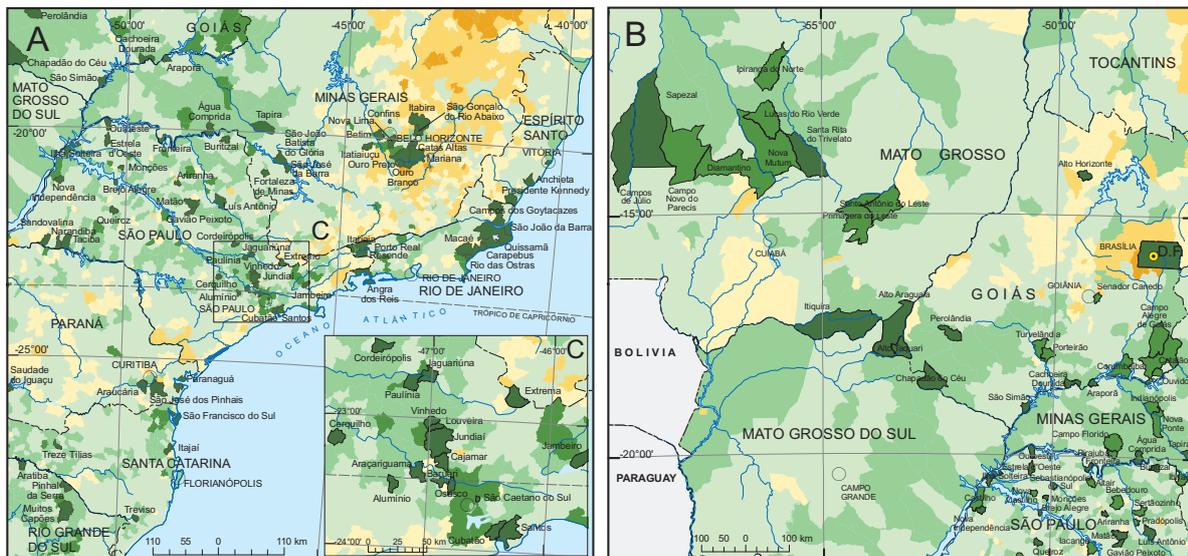
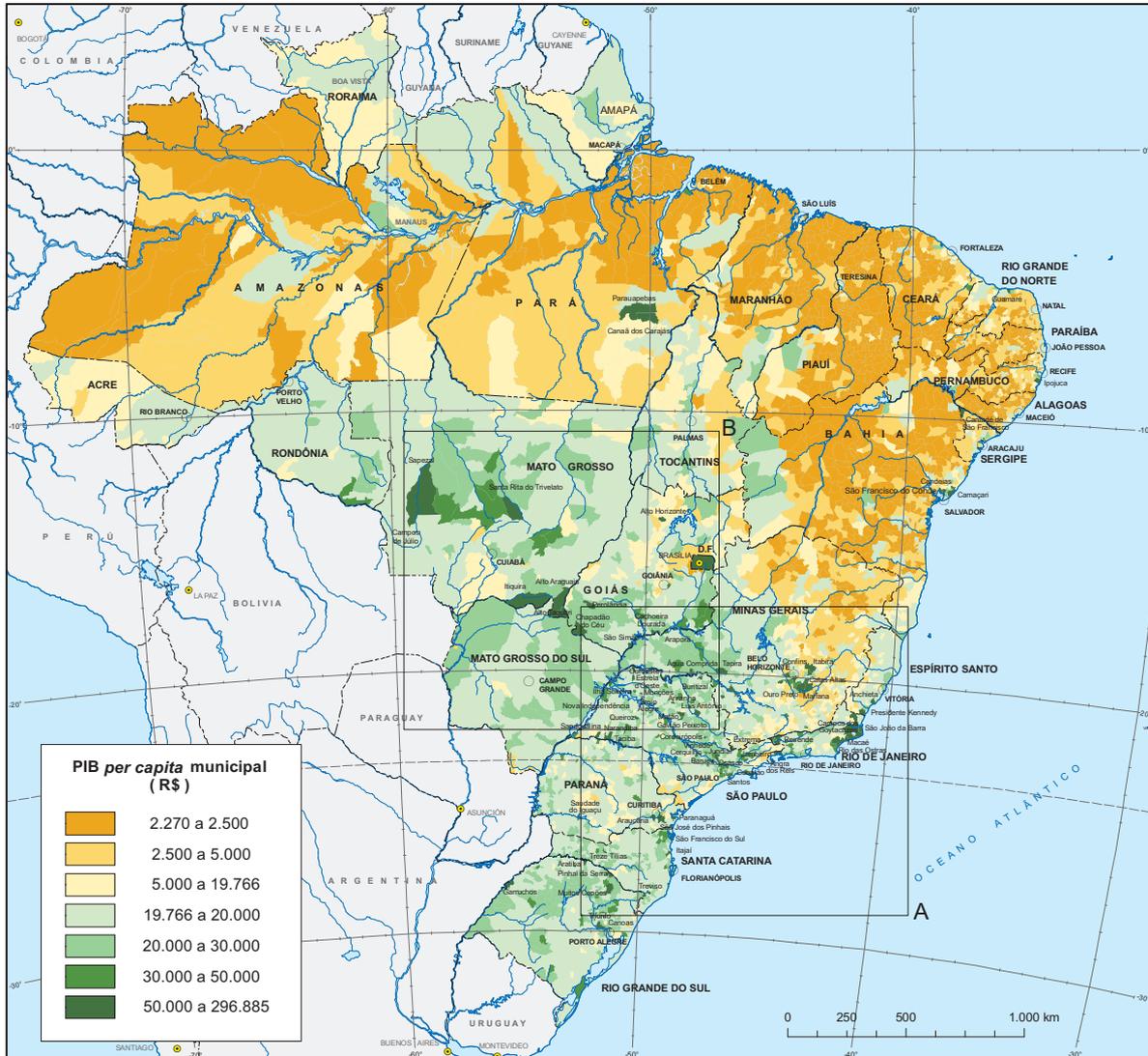
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. População do Censo Demográfico 2010.

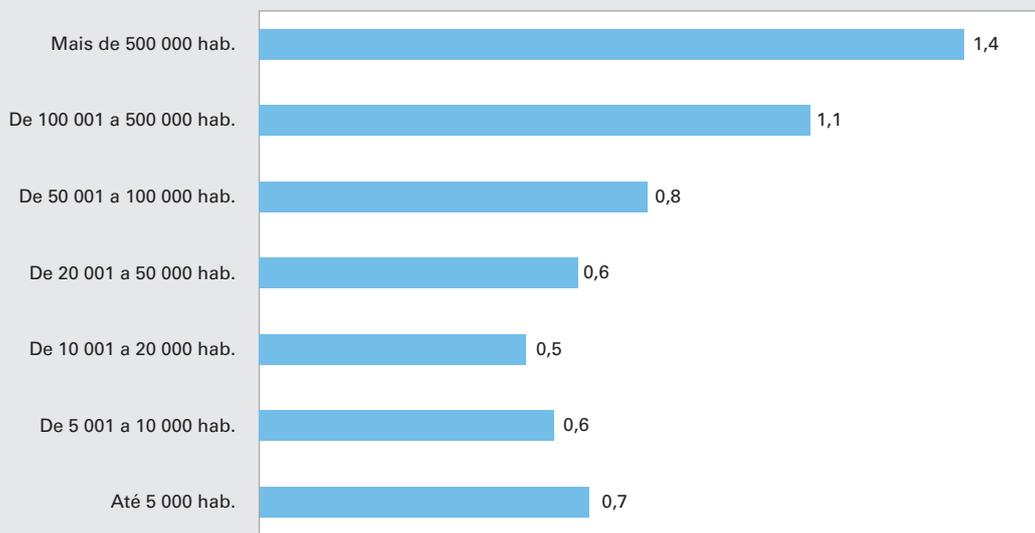
O Gráfico 8 apresenta a razão entre o PIB *per capita* de cada faixa e o nacional, segundo as faixas de população em 2010.

Cartograma 3 - Produto Interno Bruto *per capita* municipal - 2010



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Gráfico 8 - Razão entre o PIB *per capita* de cada classe e o nacional, segundo as classes de tamanho da população - Brasil - 2010



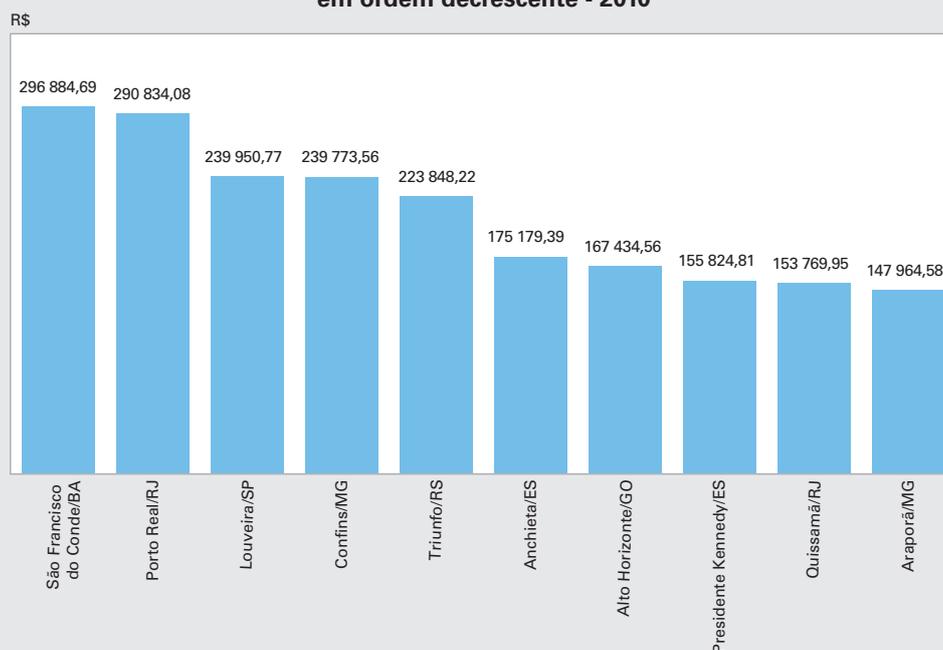
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. População do Censo Demográfico 2010.

O Gráfico 9 apresenta os Municípios com os dez maiores PIB *per capita*, segundo os Municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente em 2010.

Gráfico 9 - Municípios com os dez maiores Produto Interno Bruto *per capita*, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2010



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. População do Censo Demográfico 2010.

Em comum, observa-se que esses municípios possuíam baixa densidade demográfica. São Francisco do Conde (Bahia) abrigava a segunda maior refinaria em capacidade instalada de refino do País. No Município de Porto Real (Rio de Janeiro), situava-se uma indústria automobilística. Louveira (São Paulo) concentrava centros de distribuição de grandes empresas. Confins (Minas Gerais) ganhou posição desde 2006 com a transferência da maior parte dos voos do aeroporto em Belo Horizonte para o aeroporto internacional situado no município. O Município de Triunfo (Rio Grande do Sul), pertencente à Região Metropolitana de Porto Alegre, era sede de um polo petroquímico importante. Anchieta (Espírito Santo) caracterizava-se pela pelotização e sinterização de minério de ferro. O Município de Alto Horizonte (Goiás) produzia e beneficiava sulfeto de cobre. Presidente Kennedy (Espírito Santo) e Quissamã (Rio de Janeiro) eram municípios produtores de petróleo. O Município de Araporã (Minas Gerais), localizado na região do Triângulo Mineiro, possuía a maior hidrelétrica do seu estado, com capacidade instalada de 2 082 megawatts. Estes dados também podem ser observados na Tabela de Resultados 2.

O menor PIB *per capita*, em 2010, foi R\$ 2 269,82, verificado no município paraense de Currealinho. Este município, localizado no arquipélago do Marajó, sustentava-se pela transferência de recursos federais: a administração pública participou com 61,0% do valor adicionado bruto total. Outras atividades importantes no município eram construção civil, pesca e agricultura extrativista. O município era habitado por extrativistas tradicionais, onde a agricultura de subsistência, a criação de animais de pequeno porte e o extrativismo eram enraizados no modo de vida e na cultura. Segundo a pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS 2010, os principais produtos alimentícios explorados, em quantidade, eram o açaí e o palmito.

O PIB *per capita* de cada um dos 556 municípios de menor PIB *per capita*, isto é, os 10,0% dos menores municípios em relação ao PIB *per capita*, foi inferior a R\$ 4 067,63. Entre esses municípios, estavam 59,4% dos municípios do Piauí, 51,2% do Maranhão, 44,8% do Pará, 35,3% do Ceará, 34,3% de Alagoas e 25,7% da Bahia.

Na Tabela 8, está apresentado o PIB *per capita* dos Municípios das Capitais, em ordem decrescente. Nota-se que, apesar de Vitória ter o PIB *per capita* mais alto entre as capitais, correspondendo a 3,9 vezes o PIB *per capita* brasileiro, foi o terceiro maior no Estado do Espírito Santo, atrás dos Municípios de Anchieta e Presidente Kennedy.

Aplicando o indicador relativo ao Gráfico 5 à variável PIB *per capita*, constata-se que o PIB *per capita* dos 10,0% dos municípios com os maiores PIB *per capita* foi 5,4 vezes maior do que o PIB *per capita* dos 60,0% dos municípios com os menores PIB *per capita*. Em todos os cortes, os indicadores das Regiões Norte e Centro-Oeste são os maiores e ficam muito próximos. Na medida em que o corte dos menores diminui, a variabilidade cresce. As Regiões Sul e Nordeste apresentavam os menores indicadores entre as regiões em todos os segmentos. Esses resultados estão apresentados no Gráfico 10.

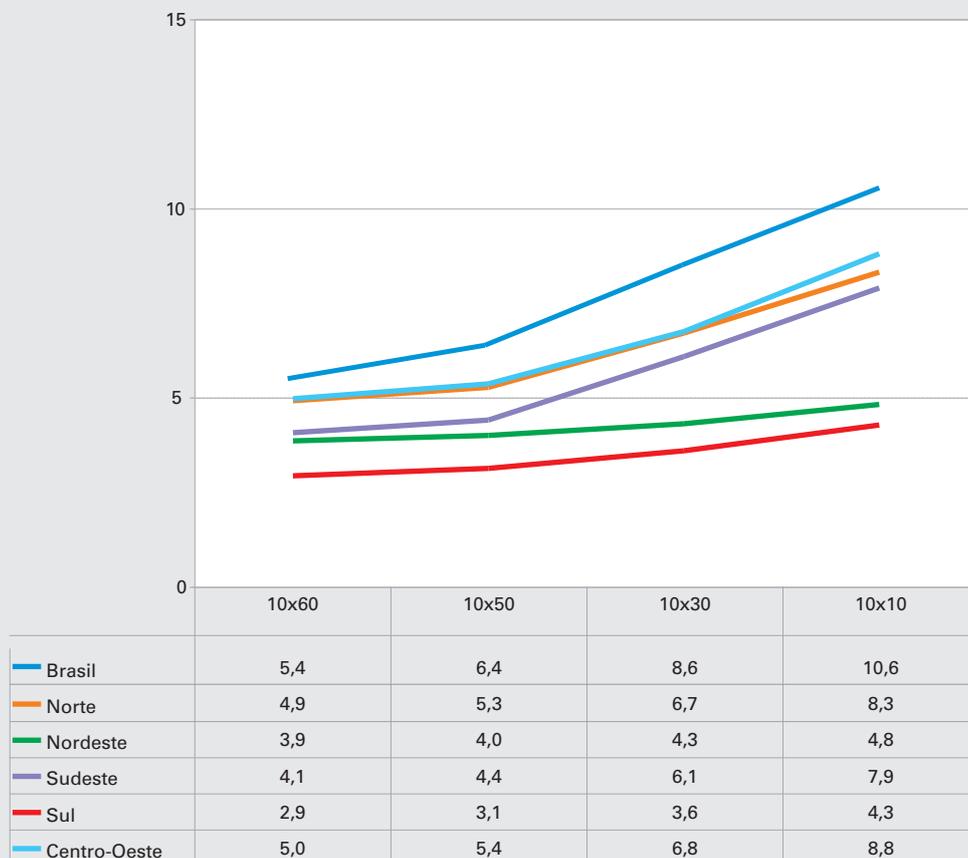
Tabela 8 - Produto Interno Bruto *per capita*, por posição em relação às Capitais, à Unidade da Federação e ao Brasil, com indicação da população e do coeficiente entre o Produto Interno Bruto *per capita* dos Municípios das Capitais e o do Brasil, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2010

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (1)				População (1 000 hab.) (2)	Coeficiente entre o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> dos Municípios das Capitais e o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> do Brasil
	Valor (R\$)	Posição em relação				
		Às Capitais	À Unidade da Federação	Ao Brasil		
Vitória/ES	76 721,66	1	3	45	325	3,9
Brasília/DF	58 489,46	2	1	69	2 563	3,0
São Paulo/SP	39 450,87	3	46	141	11 244	2,0
Porto Alegre/RS	30 524,80	4	41	277	1 410	1,5
Curitiba/PR	30 400,49	5	14	282	1 747	1,5
Rio de Janeiro/RJ	30 088,24	6	20	288	6 323	1,5
Manaus/AM	26 961,15	7	1	386	1 803	1,4
Florianópolis/SC	23 282,20	8	53	541	421	1,2
Belo Horizonte/MG	21 748,25	9	78	646	2 375	1,1
Cuiabá/MT	20 044,67	10	36	766	551	1,0
Recife/PE	19 540,20	11	5	811	1 537	1,0
Goiânia/GO	18 777,09	12	39	892	1 302	1,0
São Luís/MA	17 703,61	13	3	1 024	1 012	0,9
Porto Velho/RO	17 636,36	14	9	1 036	427	0,9
Campo Grande/MS	17 625,73	15	30	1 039	787	0,9
Palmas/TO	17 203,23	16	13	1 107	228	0,9
Boa Vista/RR	16 393,48	17	1	1 226	284	0,8
Aracaju/SE	15 328,30	18	9	1 417	571	0,8
Fortaleza/CE	15 161,47	19	6	1 446	2 447	0,8
Natal/RN	14 925,65	20	8	1 488	804	0,8
Salvador/BA	13 728,08	21	23	1 749	2 677	0,7
João Pessoa/PB	13 552,73	22	5	1 810	724	0,7
Macapá/AP	13 106,21	23	4	1 908	398	0,7
Maceió/AL	12 989,48	24	2	1 946	933	0,7
Teresina/PI	12 940,66	25	6	1 963	814	0,7
Belém/PA	12 921,64	26	8	1 969	1 392	0,7
Rio Branco/AC	12 838,52	27	5	2 000	336	0,7

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População do Censo Demográfico 2010.

Gráfico 10 - Relação entre o PIB *per capita* dos 10% dos municípios com os maiores PIBs *per capita* e o PIB *per capita* dos 60%, 50%, 30% e 10% dos municípios com os menores PIBs *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2010



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. População do Censo Demográfico 2010.

A dispersão da renda, em conjunto com as medidas de posição e de assimetria apresentadas na Tabela 9, permitem distinguir as diferenças regionais em relação à distribuição da renda do País.

Tabela 9 - Distribuição do Produto Interno Bruto *per capita* pelos quartis, segundo as Grandes Regiões - 2010

Grandes Regiões	Distribuição do Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)					Coeficiente de assimetria de Bowley
	Mínimo	Quartis			Máximo	
		1º quartil	2º quartil	3º quartil		
Brasil	2 269,82	5 193,04	9 817,90	15 458,95	296 884,69	0,10
Norte	2 269,82	4 870,34	7 955,01	11 635,92	103 403,99	0,09
Nordeste	2 404,20	4 017,31	4 657,45	5 719,68	296 884,69	0,25
Sudeste	3 593,19	8 078,00	12 096,85	17 465,56	290 834,08	0,14
Sul	5 869,16	12 248,78	15 303,75	20 167,24	223 848,22	0,23
Centro-Oeste	4 242,15	9 891,32	13 041,95	18 081,19	167 434,56	0,23

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

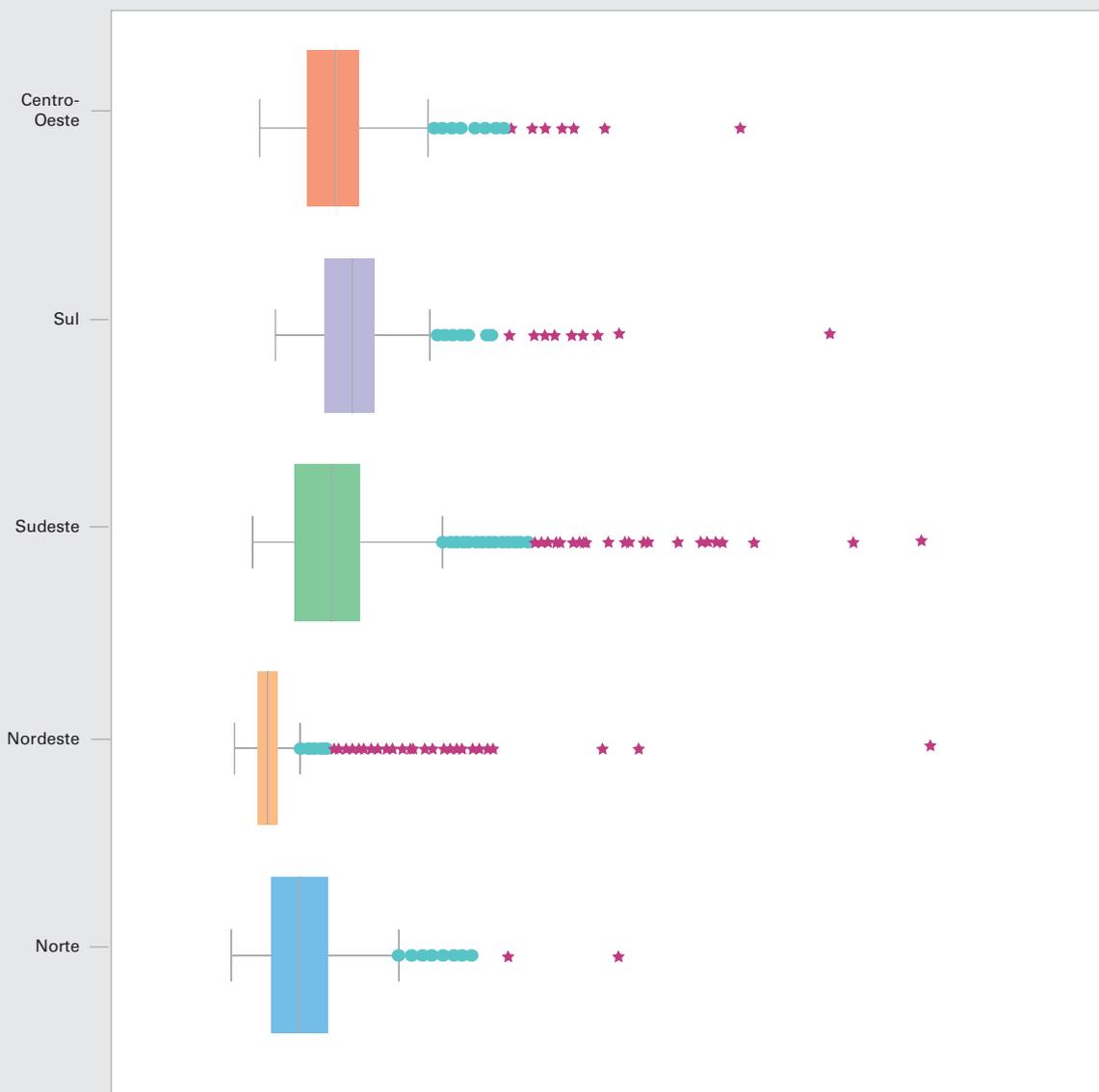
Nota: Dados sujeitos a revisão.

O PIB *per capita* brasileiro, em 2010, era de R\$ 19 766,33, muito superior ao valor mediano, que era de R\$ 9 817,90, indicando uma distribuição muito assimétrica. A Região Sul possuía a maior mediana da renda *per capita* entre todas as Grandes Regiões do País e a renda *per capita* mediana era superior a uma vez e meia a mediana da renda nacional. Os quartis das Regiões Norte e Nordeste eram sempre menores do que os obtidos para o Brasil, ao contrário do observado nas demais regiões. A Região Nordeste possuía os menores valores para os três quartis da distribuição. Apenas 25,0% dos municípios da Região Nordeste possuíam PIB *per capita* superior a R\$ 5 719,68 e esse valor era menor que o valor mínimo encontrado entre os municípios da Região Sul. Todas as regiões apresentaram coeficientes de assimetria positivos, indicando que grande parcela dos municípios possuía PIB *per capita* baixo e uma parcela menor, PIB *per capita* elevado.

O Gráfico 11 apresenta o *Box Plot*¹⁵ do PIB *per capita* para cada uma das Grandes Regiões. Este gráfico permite visualizar os resultados da Tabela 9. Optou-se por utilizar uma transformação na escala com a finalidade de facilitar a visualização da distribuição do PIB *per capita* entre as regiões. Para cada uma delas, todos os valores superiores ao terceiro quartil mais uma vez e meia a diferença interquartílica são considerados valores atípicos e foram representados com a cor verde, e os valores superiores ao terceiro quartil mais três vezes a diferença interquartílica são considerados pontos extremos e foram representados com a cor vinho. Desse modo, o conjunto de pontos verdes e vinhos representavam 2,7% dos municípios da Região Norte; 8,8% dos municípios da Região Nordeste; 5,7% dos municípios da Região Sudeste; 3,3% dos municípios da Região Sul; e 5,6% dos municípios da Região Centro-Oeste.

¹⁵ Para construir este desenho esquemático, considera-se um retângulo onde estão representados a mediana e os quartis (q1 e q3). A partir do retângulo, para a direita, segue uma linha até o ponto que não exceda o limite superior, $q3 + 1,5 \times (q3 - q1)$. A diferença $q3 - q1$ é chamada diferença interquartílica. Do mesmo modo, para a esquerda, segue uma linha até o ponto que não exceda o limite inferior, $q1 - 1,5 \times (q3 - q1)$.

Gráfico 11 - Distribuição do Produto Interno Bruto *per capita* dos municípios, segundo as Grandes Regiões - 2010



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

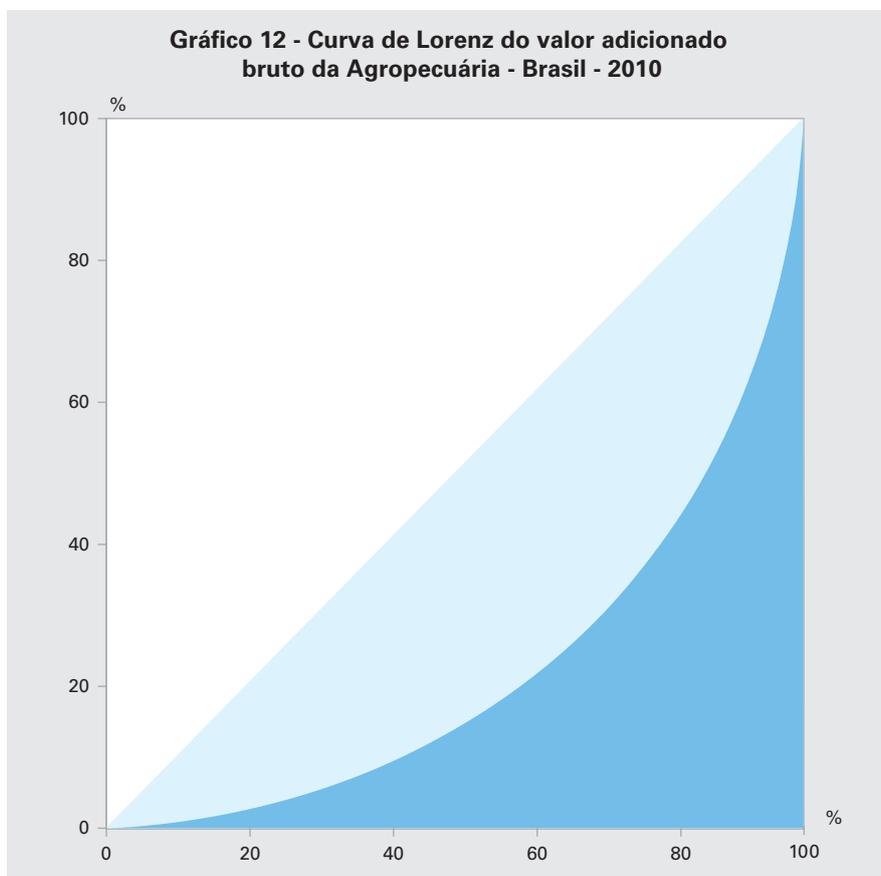
Valor adicionado bruto dos principais setores de atividade econômica

A seguir, destacam-se alguns resultados do valor adicionado bruto dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços. Apesar de estar inserido no setor de Serviços, analisa-se posteriormente o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social. Para cada setor de atividade, é apresentada a curva de Lorenz, o índice de Gini, a distribuição de frequência acumulada e os ganhos e as perdas mais expressivos na participação percentual do País.

Valor adicionado bruto da Agropecuária

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Agropecuária evidencia a concentração deste setor na economia nacional. Ressalta-se que a atividade Agropecuária, quando comparada aos demais setores de atividade econômica, foi a menos concentrada. O Gráfico 12 apresenta a curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Agropecuária. O índice de Gini no Brasil, em 2010, para essa atividade, foi de 0,57. O índice de Gini mais alto foi observado nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Goiás (0,60), enquanto o mais baixo, no Amapá (0,28).

Considerando o ano anterior, o Estado do Mato Grosso foi o que apresentou significativo decréscimo, passando de 0,53, em 2009, para 0,47, em 2010, o menor coeficiente em toda a série.

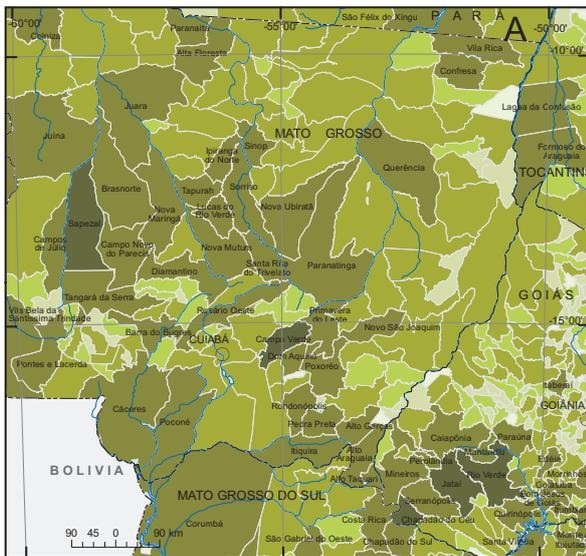
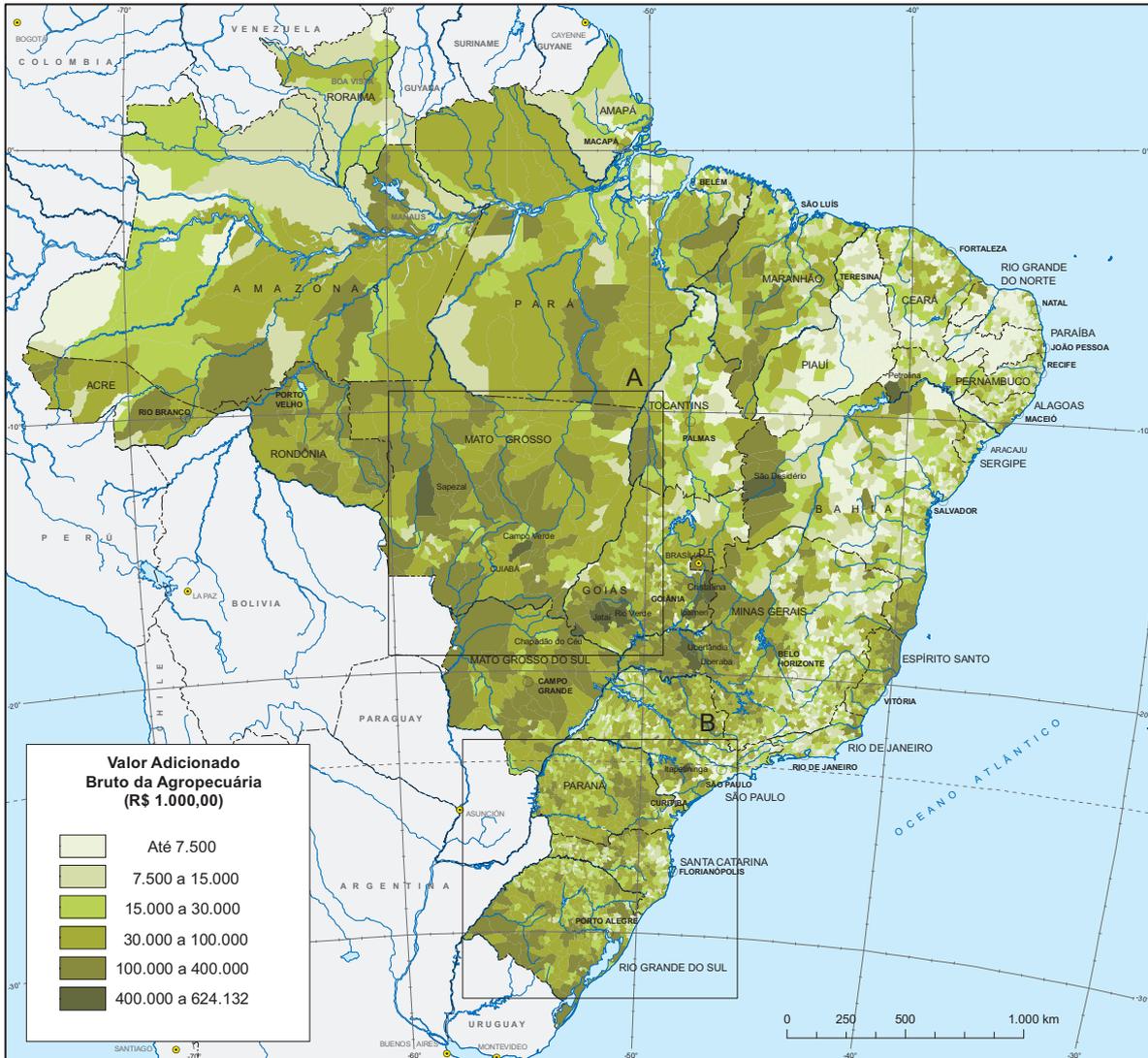


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 4 mostra que os municípios de Mato Grosso e os do oeste baiano concentravam os maiores valores adicionados da Agropecuária. Nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, cerca de 29,0% e 25,0%, respectivamente, dos municípios encontravam-se nas duas maiores faixas. Também se observa que as áreas com menor valor adicionado bruto da Agropecuária estavam localizadas nos Estados da Paraíba, onde 83,0% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição; Piauí, 81,2%; e Rio Grande do Norte, 72,5%.

Cartograma 4 - Valor adicionado bruto da Agropecuária municipal - 2010



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Tabela 10 retrata a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹⁶ no valor adicionado bruto da Agropecuária do País, para os anos de 2006 a 2010. Observa-se que, em 2010, 213 municípios agregavam aproximadamente 25,0% do valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil e 725 municípios, que pertenciam à última faixa, agregavam apenas 1,0% do valor adicionado bruto da Agropecuária. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária podem ser observados na Tabela de Resultados 3.

Tabela 10 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil - 2006-2010

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população		Dos municípios	Da população
2006 (1)						
Até 25%	221	4,0	10,1	221	4,0	10,1
De 25% a 50%	559	10,0	18,7	780	14,0	28,8
De 50% a 75%	1 127	20,3	25,6	1 907	34,3	54,4
De 75% a 95%	2 022	36,3	26,4	3 929	70,6	80,8
De 95% a 99%	1 003	18,0	10,4	4 932	88,6	91,2
De 99% a 100%	632	11,4	8,8	5 564	100,0	100,0
2007 (1)						
Até 25%	202	3,6	9,1	202	3,6	9,1
De 25% a 50%	548	9,8	17,4	750	13,5	26,5
De 50% a 75%	1 109	19,9	25,2	1 859	33,4	51,7
De 75% a 95%	2 010	36,1	28,4	3 869	69,5	80,1
De 95% a 99%	1 018	18,3	10,7	4 887	87,8	90,8
De 99% a 100%	677	12,2	9,2	5 564	100,0	100,0
2008 (1)						
Até 25%	187	3,4	7,8	187	3,4	7,8
De 25% a 50%	537	9,7	12,9	724	13,0	20,7
De 50% a 75%	1 100	19,8	22,5	1 824	32,8	43,2
De 75% a 95%	2 045	36,8	35,7	3 869	69,5	78,9
De 95% a 99%	1 038	18,7	11,6	4 907	88,2	90,5
De 99% a 100%	657	11,8	9,5	5 564	100,0	100,0
2009 (1)						
Até 25%	188	3,4	7,7	188	3,4	7,7
De 25% a 50%	528	9,5	16,1	716	12,9	23,8
De 50% a 75%	1 118	20,1	28,1	1 834	33,0	51,9
De 75% a 95%	2 046	36,8	27,0	3 880	69,7	78,9
De 95% a 99%	1 030	18,5	11,9	4 910	88,2	90,7
De 99% a 100%	655	11,8	9,3	5 565	100,0	100,0
2010 (2)						
Até 25%	213	3,8	9,6	213	3,8	9,6
De 25% a 50%	528	9,5	15,3	741	13,3	25,0
De 50% a 75%	1 084	19,5	20,3	1 825	32,8	45,3
De 75% a 95%	1 994	35,8	32,8	3 819	68,6	78,0
De 95% a 99%	1 021	18,3	12,1	4 840	87,0	90,1
De 99% a 100%	725	13,0	9,9	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) População do Censo Demográfico 2010, dados sujeitos a revisão.

¹⁶ Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do País ordenada de forma decrescente.

Na Tabela 11, foram destacados os 19 municípios com os maiores valores adicionados brutos da Agropecuária, que, juntos, representavam, aproximadamente, 5,0% do total em 2010.

Tabela 11 - Valor adicionado bruto da Agropecuária e participações relativa e acumulada, segundo os municípios que agregavam 5% do valor adicionado bruto da Agropecuária e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2010

Municípios que agregavam 5% do valor adicionado bruto da Agropecuária e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Valor adicionado bruto da Agropecuária		
	Total (1 000 R\$)	Participações	
		Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
Cristalina/GO	624 132	0,4	0,4
Petrolina/PE	620 359	0,4	0,7
São Desidério/BA	559 611	0,3	1,1
Uberaba/MG	551 237	0,3	1,4
Rio Verde/GO	547 022	0,3	1,7
Jataí/GO	537 015	0,3	2,0
Itapetininga/SP	466 353	0,3	2,3
Campo Verde/MT	466 311	0,3	2,6
Chapadão do Céu/GO	443 736	0,3	2,8
Ipameri/GO	419 444	0,2	3,1
Uberlândia/MG	414 884	0,2	3,3
Sapezal/MT	400 983	0,2	3,5
Unai/MG	395 620	0,2	3,8
Patrocínio/MG	378 013	0,2	4,0
Primavera do Leste/MT	358 672	0,2	4,2
Brasília/DF	334 930	0,2	4,4
Barreiras/BA	328 725	0,2	4,6
Mineiros/GO	325 423	0,2	4,8
Sorriso/MT	322 987	0,2	5,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

O Município de Cristalina (Goiás) foi o que obteve o maior valor adicionado da atividade Agropecuária no País em 2010. O município possuía agricultura diversificada: nas lavouras permanentes, caracterizou-se por ser grande produtor de café e nas lavouras temporárias, pela produção de trigo, feijão e alho. Em relação ao ano anterior, ganhou participação em consequência da valorização dos preços dos principais produtos cultivados no município.

No Município de Petrolina (Pernambuco), localizado no Sertão Nordestino, evidenciava-se a alta qualidade de produção de frutas, cultivada nos perímetros irrigados. Em 2010, era o maior produtor de uva, goiaba e manga, em valor de produção, do Brasil. A alta qualidade no cultivo de frutas, além de direcionar grande parte da produção para as exportações, fez com que os preços, em sua maioria, fossem maiores que a média nacional.

O município baiano de São Desidério, localizado no extremo oeste do estado, foi o maior produtor de algodão herbáceo do País, segundo a PAM 2010, e, também, grande produtor de milho, soja e feijão. A agricultura irrigada tem sido a principal base da economia do município, que possui condições climáticas favoráveis e uma das maiores e mais ricas bacias hidrográficas da Região Nordeste. Em 2010, observou-se pequena perda na participação, pois, enquanto as culturas do arroz e milho diminuíram a área plantada, a soja e o algodão, apesar do ganho na área plantada, perderam em valor de produção, em função dos baixos preços das *commodities* e também pelo excesso de chuvas na região.

Uberaba (Minas Gerais) pertence à região do Triângulo Mineiro e tem a maior parte da sua produção vegetal concentrada na lavoura temporária. Apresentou as maiores produções estaduais de milho e cana-de-açúcar, a segunda maior produção estadual de soja, assim como a terceira de batata-inglesa e tomate. A produção de laranja foi a sexta maior do estado e o principal cultivo da lavoura permanente do município. Na pecuária, evidenciaram-se os efetivos de aves, bovinos, suínos e as produções de ovos e leite.

No Município de Rio Verde (Goiás), a atividade Agropecuária estava integrada com as agroindústrias do ramo alimentício. O destaque, nas lavouras temporárias, foi a produção de soja, milho e sorgo. Na pecuária, o município se destacou na produção de aves, suínos e bovinos. A utilização de tecnologias avançadas e a profissionalização do produtor convergiram na disseminação das técnicas de cultivo e na melhoria do processo produtivo. Houve perda de participação em relação ao ano de 2009 em função da redução no valor da produção de soja, milho, sorgo e aves.

No ano de 2010, o Município de Jataí (Goiás) destacou-se na produção de cereais para grãos, como milho, soja e sorgo. Na pecuária, destacou-se a criação de bovinos, suínos e aves e a produção de leite. O município é cortado por importantes rodovias responsáveis pelo escoamento da produção de grãos. O ganho de participação em relação ao ano anterior decorreu do aumento tanto da produção de cana-de-açúcar como dos rebanhos de suínos e bovinos.

Segundo a PAM 2010, o Município de Itapetininga (São Paulo) era um dos 20 municípios com as maiores produções de frutíferas do País.

O Município de Campo Verde (Mato Grosso), localizado na região sudeste do estado, tinha economia baseada na produção agropecuária, sendo a soja e o algodão os principais produtos. Na pecuária, tinha a maior produção de aves do estado, a segunda produção de ovos e também era um importante produtor de suínos. A

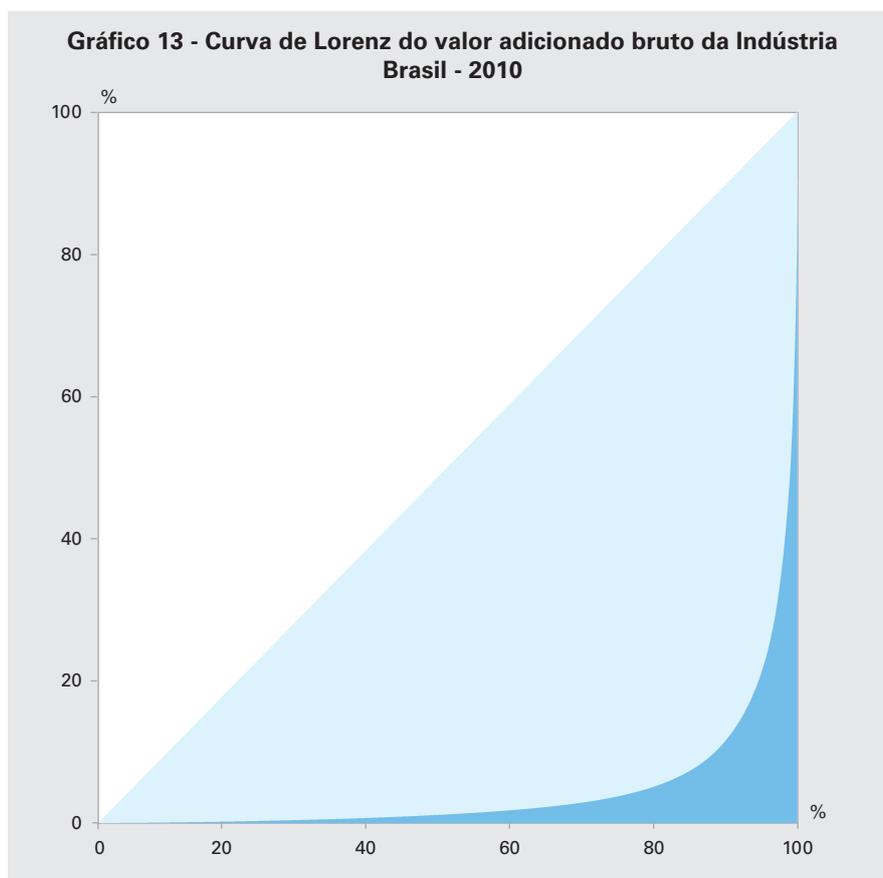
Agropecuária estava completamente integrada com a Indústria e os Serviços, já que as indústrias do município eram responsáveis pelo beneficiamento da produção agropecuária e o setor de Serviços era voltado à comercialização da sua produção, de insumos, máquinas e equipamentos, representação comercial e armazéns gerais.

O Município de Chapadão do Céu (Goiás) tinha a produção agrícola direcionada principalmente para a agricultura, especialmente o segmento das lavouras temporárias. Destacou-se pela produção de cereais para grãos: milho, sorgo, soja, girassol e algodão herbáceo. Merece destaque também o cultivo de cana-de-açúcar. Neste município, estava instalada uma indústria de produção de etanol e açúcar, que iniciou suas operações no ano de 2009. Foi observado ganho de participação em relação ao ano de 2009 em decorrência do aumento da produção de cana-de-açúcar e da valorização dos preços do algodão herbáceo.

Os maiores acréscimos na participação relativa do valor adicionado bruto da Agropecuária foram verificados nos Municípios de Petrolina (Pernambuco) e Ipameri (Goiás). Em Petrolina, o aumento da produção de frutas e a valorização da uva levou o município a ter o maior valor adicionado bruto da produção gerado por frutíferas. Em Ipameri, o ganho foi devido aos cultivos de café, cana-de-açúcar e alho e à criação de bovinos. Os maiores decréscimos na participação relativa ocorreram nos municípios mato-grossenses de Sapezal e de Sorriso. Segundo a PAM 2010, ocorreu redução no valor adicionado bruto da produção, principalmente, em função das volumosas safras do Brasil, Estados Unidos e Argentina, que geraram um excesso de oferta no mercado internacional, e também pela atuação comercial da China, que vem renovando e ampliando os seus estoques estratégicos, com vistas a aumentar o seu poder de barganha como grande importador do grão. Tais fatos derrubaram os preços internos da soja e, conjugados à desvalorização do dólar, causaram impacto negativo na renda dos sojicultores nacionais.

Valor adicionado bruto da Indústria

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Indústria evidencia a concentração deste setor na economia nacional. Cumpre atentar para o fato da atividade industrial, quando comparada às demais atividades, ser a que apresenta a maior concentração: o índice de Gini no Brasil, em 2010, para essa atividade, foi de 0,90. Esse índice permaneceu praticamente inalterado ao longo de toda a série. O Gráfico 13 apresenta a curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Indústria. Os maiores índices de Gini, por Unidades da Federação, pertenciam aos Estados do Amazonas (0,96) e Pará (0,91) e, os menores, aos Estados de Rondônia (0,76), Mato Grosso do Sul (0,77), Amapá (0,77) e Acre (0,78). Em 2010, observou-se que pela primeira vez o índice do Estado do Pará ficou acima do índice do Brasil.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

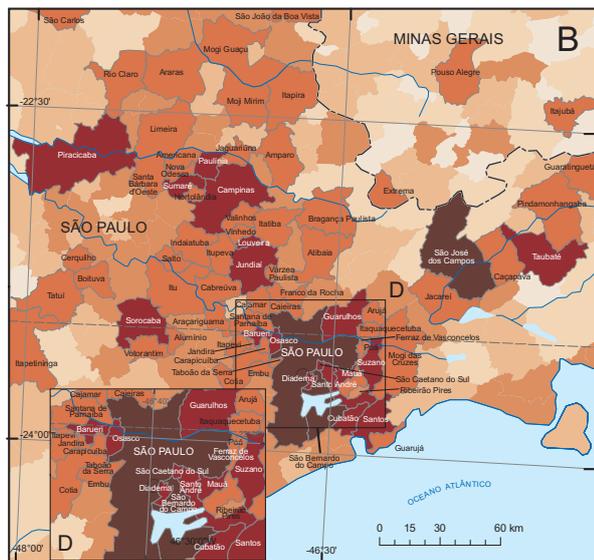
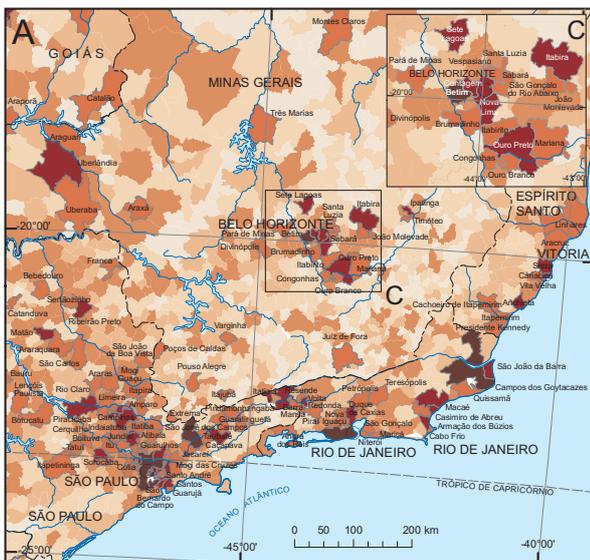
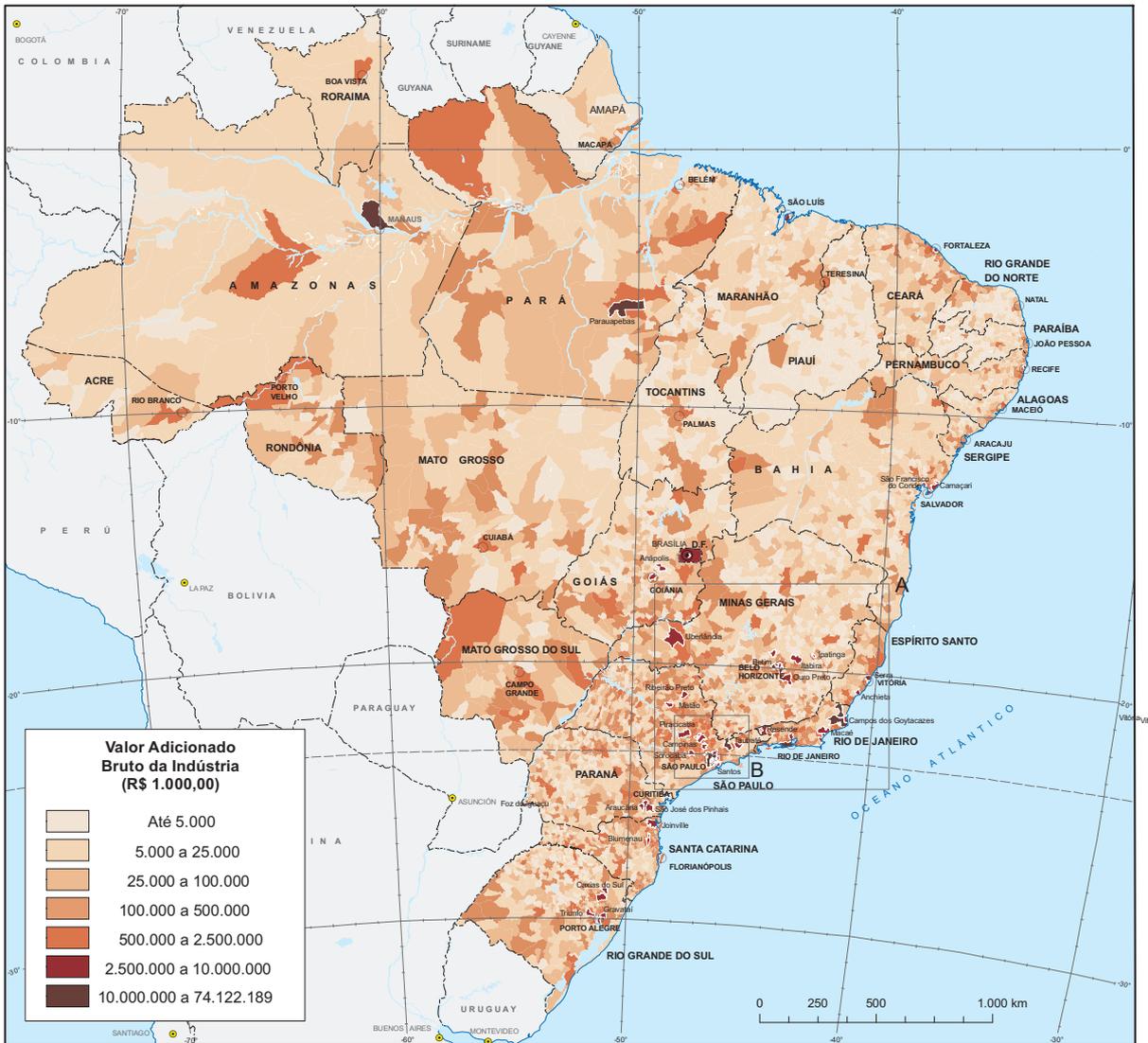
Nota: Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 5 mostra que os municípios dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo possuíam alto valor adicionado bruto industrial, com aproximadamente 25,0% e 14,4% dos municípios, respectivamente, nas três maiores faixas da distribuição. Também se observa que as áreas com menor valor adicionado bruto da Indústria estavam localizadas nos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde mais de 60,0% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição.

A Tabela 12 mostra a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹⁷ no valor adicionado bruto da Indústria do País, para os anos de 2006 a 2010. Pode-se destacar que, em 2010, apenas 12 municípios concentravam aproximadamente $\frac{1}{4}$ do valor adicionado bruto da Indústria e esta faixa concentrava 14,8% da população brasileira.

¹⁷ Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do País ordenada de forma decrescente.

Cartograma 5 - Valor adicionado bruto da Indústria municipal - 2010



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

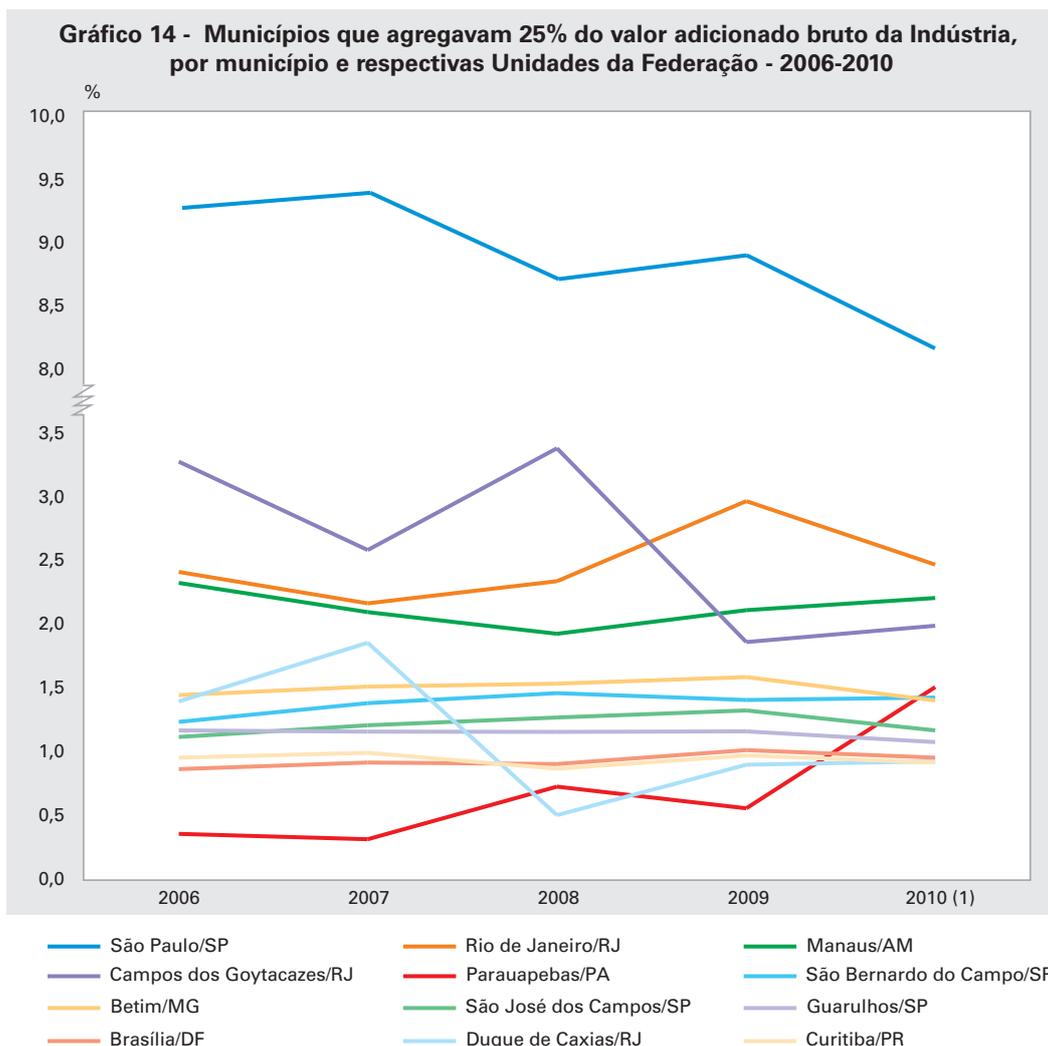
Tabela 12 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do Brasil - 2006-2010

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulado	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população		Dos municípios	Da população
2006 (1)						
Até 25%	10	0,2	13,4	10	0,2	13,4
De 25% a 50%	47	0,8	14,7	57	1,0	28,1
De 50% a 75%	170	3,1	18,4	227	4,1	46,5
De 75% a 95%	948	17,0	25,4	1 175	21,1	72,0
De 95% a 99%	1 886	33,9	18,7	3 061	55,0	90,6
De 99% a 100%	2 503	45,0	9,4	5 564	100,0	100,0
2007 (1)						
Até 25%	10	0,2	13,4	10	0,2	13,4
De 25% a 50%	49	0,9	14,8	59	1,1	28,2
De 50% a 75%	170	3,1	18,7	229	4,1	46,9
De 75% a 95%	961	17,3	25,4	1 190	21,4	72,4
De 95% a 99%	1 910	34,3	18,4	3 100	55,7	90,7
De 99% a 100%	2 464	44,3	9,3	5 564	100,0	100,0
2008 (1)						
Até 25%	11	0,2	13,4	11	0,2	13,4
De 25% a 50%	49	0,9	14,5	60	1,1	27,9
De 50% a 75%	169	3,0	18,6	229	4,1	46,5
De 75% a 95%	963	17,3	25,7	1 192	21,4	72,2
De 95% a 99%	1 862	33,5	18,1	3 054	54,9	90,3
De 99% a 100%	2 510	45,1	9,7	5 564	100,0	100,0
2009 (1)						
Até 25%	11	0,2	14,2	11	0,2	14,2
De 25% a 50%	51	0,9	14,8	62	1,1	29,0
De 50% a 75%	180	3,2	18,8	242	4,3	47,8
De 75% a 95%	1 020	18,3	25,4	1 262	22,7	73,2
De 95% a 99%	1 924	34,6	18,2	3 186	57,3	91,4
De 99% a 100%	2 379	42,7	8,6	5 565	100,0	100,0
2010 (2)						
Até 25%	12	0,2	14,8	12	0,2	14,8
De 25% a 50%	53	1,0	13,9	65	1,2	28,6
De 50% a 75%	185	3,3	19,6	250	4,5	48,2
De 75% a 95%	1 030	18,5	25,2	1 280	23,0	73,4
De 95% a 99%	1 931	34,7	18,2	3 211	57,7	91,6
De 99% a 100%	2 354	42,3	8,4	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) População do Censo Demográfico 2010, dados sujeitos a revisão.

Em 2010, com 65 municípios, chegou-se à metade do valor adicionado bruto da Indústria e a 28,6% da população. No mesmo ano, pode-se notar que 2 354 municípios, que pertenciam à última faixa, responderam por 1,0% do valor adicionado bruto da Indústria e concentraram 8,4% da população. Estes números representam a grande concentração da Indústria no Território Nacional. O Gráfico 14 apresenta a participação dos maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto industrial no período de 2006 a 2010. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da Indústria podem ser observados na Tabela de Resultados 4.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência Manaus - SUFRAMA.
 (1) Dados sujeitos a revisão.

Como mencionado anteriormente, em 2010, a Indústria ganhou participação no valor adicionado bruto no País e o principal incremento, tanto em quantidade, quanto em preço, veio do segmento Indústria extrativa. Conseqüentemente, os municípios cujas economias estavam vinculadas às *commodities* minerais tiveram ganho de participação superior aos demais municípios com indústria diversificada.

Em 2010, o Município de São Paulo (São Paulo) manteve-se como o principal polo industrial do País, com participação relativa de 8,2%. O Município do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) ocupava a segunda colocação nesse *ranking*, com 2,5%.

A participação do valor adicionado bruto industrial de Manaus (Amazonas), onde está localizado o parque industrial do estado, manteve-se em torno de 2,0% em toda a série. Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro) permaneceu na quarta colocação no *ranking* industrial do País, com participação relativa de 2,0%. Como observado anteriormente, esse município concentrava as atividades de exploração de petróleo e gás natural e ganhou participação no valor adicionado bruto industrial do País em função da alta do preço do barril de petróleo¹⁸.

¹⁸ Segundo a U.S. Energy Information Administration - EIA, o preço médio do barril de petróleo, em 2009, foi de 61,79 dólares e, em 2010, 79,53 dólares, representando um aumento de 28,7%.

Parauapebas (Pará), onde se situavam grandes empreendimentos na área de mineração, com a extração de minério de ferro e de manganês, em 2010, foi beneficiado pelo aumento de preços no mercado internacional, resultando no ganho de 1,0 ponto percentual na participação, passando a gerar 1,5% do valor adicionado bruto industrial nacional.

São Bernardo do Campo (São Paulo) gerou 1,4% do valor adicionado bruto da Indústria do País. Destacou-se na indústria automotiva e demais ramos industriais ligados a essa cadeia produtiva, além da indústria de artigos de perfumaria e cosméticos.

Betim (Minas Gerais), localizado na região central, município-polo de desenvolvimento industrial do seu estado, era sede de montadora de automóveis, uma rede de produção de autopeças e tinha uma dinâmica associada ao bom desempenho das áreas de bens de consumo duráveis no seu entorno. O refino de derivados de petróleo também era uma atividade importante na Indústria de transformação do município. Além dessas atividades, possuía grandes indústrias nos segmentos de química, metal-mecânica e siderurgia. Destacavam-se a fabricação e montagem de estruturas de aço e a fundição de ferro e cabeçotes de alumínio, entre outras atividades. Em 2010, agregava 1,4% do valor adicionado bruto industrial do Brasil.

São José dos Campos (São Paulo), município basicamente industrial, foi fortemente influenciado pela indústria aeroespacial, que tem como característica apresentar movimentos cíclicos. Isso pode ser observado em toda a série. As demais indústrias do município contribuíram para suavizar esses movimentos. O Município de Guarulhos (São Paulo) possuía indústria diversificada, com destaque para os segmentos metal-mecânico, farmacêutico, de máquinas e equipamentos e material elétrico. Esses dois municípios paulistas agregavam 1,2% e 1,1%, respectivamente, ao valor adicionado bruto industrial do País, em 2010.

Segundo a análise das Contas Regionais 2010, o valor adicionado bruto industrial do Distrito Federal¹⁹ foi responsável por 6,5% do valor adicionado bruto total do setor. O segmento industrial de maior peso era a construção civil, que pesava 64% do valor adicionado bruto da Indústria, em 2010.

Duque de Caxias (Rio de Janeiro) ocupava a 11ª posição na série. O refino de derivados de petróleo era uma das principais atividades na Indústria de transformação do município.

A Indústria de transformação é a principal responsável pelo alto valor adicionado bruto do Município de Curitiba (Paraná), principalmente nos segmentos automotivo e de máquinas e equipamentos para agricultura.

Na Tabela 13, é apresentado o valor adicionado bruto industrial dos 30 municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto industrial nacional, em 2010.

As variações positivas verificadas nos Municípios de Parauapebas (Pará) e Itabira (Minas Gerais) decorreram do aumento da produção de minério de ferro.

¹⁹ Ressalte-se que os resultados do Distrito Federal são produzidos pelas Contas Regionais do Brasil.

Tabela 13 - Participação relativa e diferença absoluta do valor adicionado bruto da Indústria, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto da Indústria e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2006-2010

Municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto da Indústria e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Valor adicionado bruto da Indústria					Diferença absoluta 2009/2010 (%)
	Participação relativa (%)					
	2006	2007	2008	2009	2010 (1)	
Parauapebas/PA	0,4	0,3	0,7	0,6	1,5	1,0
Itabira/MG	0,3	0,2	0,3	0,2	0,6	0,4
Joinville/SC	0,8	0,7	0,7	0,7	0,9	0,2
Vitória/ES	0,5	0,6	0,7	0,4	0,6	0,2
Campos dos Goytacazes/RJ	3,3	2,6	3,4	1,9	2,0	0,1
Manaus/AM	2,3	2,1	1,9	2,1	2,2	0,1
Caxias do Sul/RS	0,5	0,5	0,6	0,6	0,7	0,0
São Francisco do Conde/BA	0,6	0,6	0,3	0,5	0,6	0,0
Duque de Caxias/RJ	1,4	1,9	0,5	0,9	0,9	0,0
Jundiaí/SP	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,0
Contagem/MG	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
Porto Alegre/RS	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
São Bernardo do Campo/SP	1,2	1,4	1,5	1,4	1,4	0,0
Salvador/BA	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6	(-) 0,0
São José dos Pinhais/PR	0,6	0,5	0,6	0,7	0,7	(-) 0,0
Belo Horizonte/MG	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	(-) 0,0
Santo André/SP	0,6	0,7	0,6	0,6	0,5	(-) 0,1
Fortaleza/CE	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	(-) 0,1
Campinas/SP	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	(-) 0,1
Curitiba/PR	1,0	1,0	0,9	1,0	0,9	(-) 0,1
Sorocaba/SP	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	(-) 0,1
Brasília/DF	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	(-) 0,1
Guarulhos/SP	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	(-) 0,1
Araucária/PR	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	(-) 0,1
São José dos Campos/SP	1,1	1,2	1,3	1,3	1,2	(-) 0,2
Canoas/RS	0,5	0,5	0,7	0,8	0,6	(-) 0,2
Betim/MG	1,5	1,5	1,5	1,6	1,4	(-) 0,2
Camaçari/BA	0,9	0,9	1,0	1,2	0,9	(-) 0,2
Rio de Janeiro/RJ	2,4	2,2	2,3	3,0	2,5	(-) 0,5
São Paulo/SP	9,3	9,4	8,7	8,9	8,2	(-) 0,7

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O crescimento observado em Joinville (Santa Catarina) ocorreu em função da grande quantidade de novas empresas instaladas no período. O município possuía indústria diversificada e era conhecido pelo metalúrgico e de ferramentaria.

A variação na participação relativa do Município de Vitória (Espírito Santo) deveu-se à recuperação da produção de pelotas de minério de ferro nesse ano. Influenciada pela rápida expansão da demanda, a produção alcançou nível recorde.

O decréscimo da participação relativa do valor adicionado bruto da Indústria nos grandes municípios industriais, em 2010, foi atribuído à forte recuperação dos preços das *commodities* minerais. Isso pode ter tido consequência a queda de participação nos Municípios de São Paulo (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e Betim (Minas Gerais).

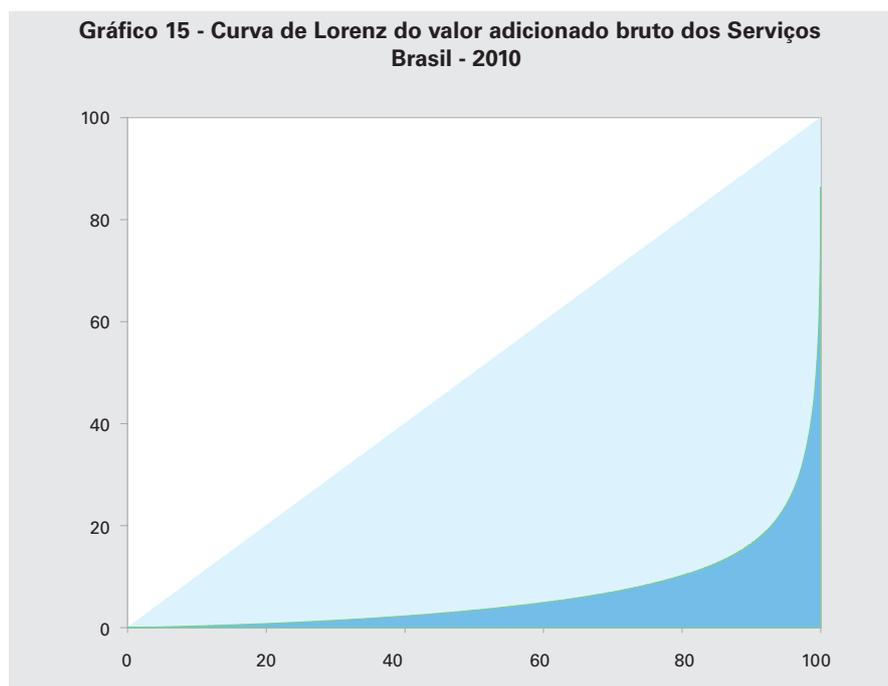
No Município de Camaçari (Bahia), localizado na Região Metropolitana de Salvador, a pequena queda de participação foi decorrente dos segmentos de produtos químicos e petroquímicos, fabricação de celulose e defensivos agrícolas.

O setor do refino foi o principal responsável pela queda de participação do Município de Canoas (Rio Grande do Sul).

Valor adicionado bruto dos Serviços

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto dos Serviços ficou bem próxima à do PIB. O índice de Gini, no Brasil, em 2010, para essa atividade, foi de 0,87. Em toda a série, o único índice, por Unidades da Federação, maior do que o do País pertencia ao Estado de São Paulo (0,88). O menor índice foi do Estado do Acre 0,69. Salienta-se a concentração dessa atividade no Município do Rio de Janeiro. O índice de Gini do Estado do Rio de Janeiro foi de 0,83 e, excluindo-se o município da capital, passou a ser 0,68, o menor entre todos os estados.

O Gráfico 15 apresenta a curva de Lorenz para os Serviços. A atividade responsável pela maior dispersão é a Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e será detalhada a seguir.



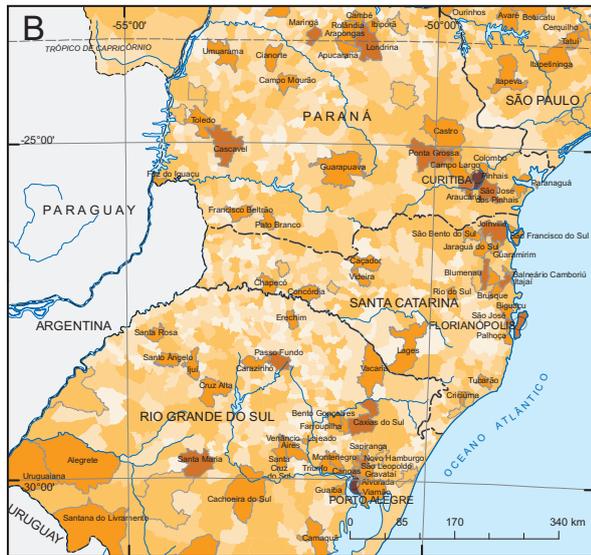
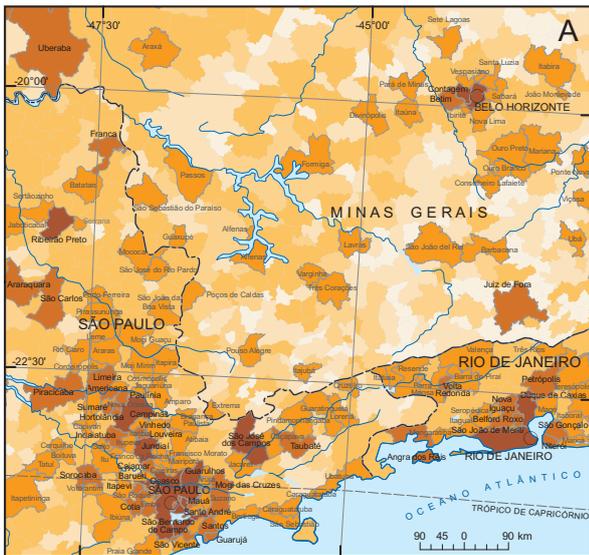
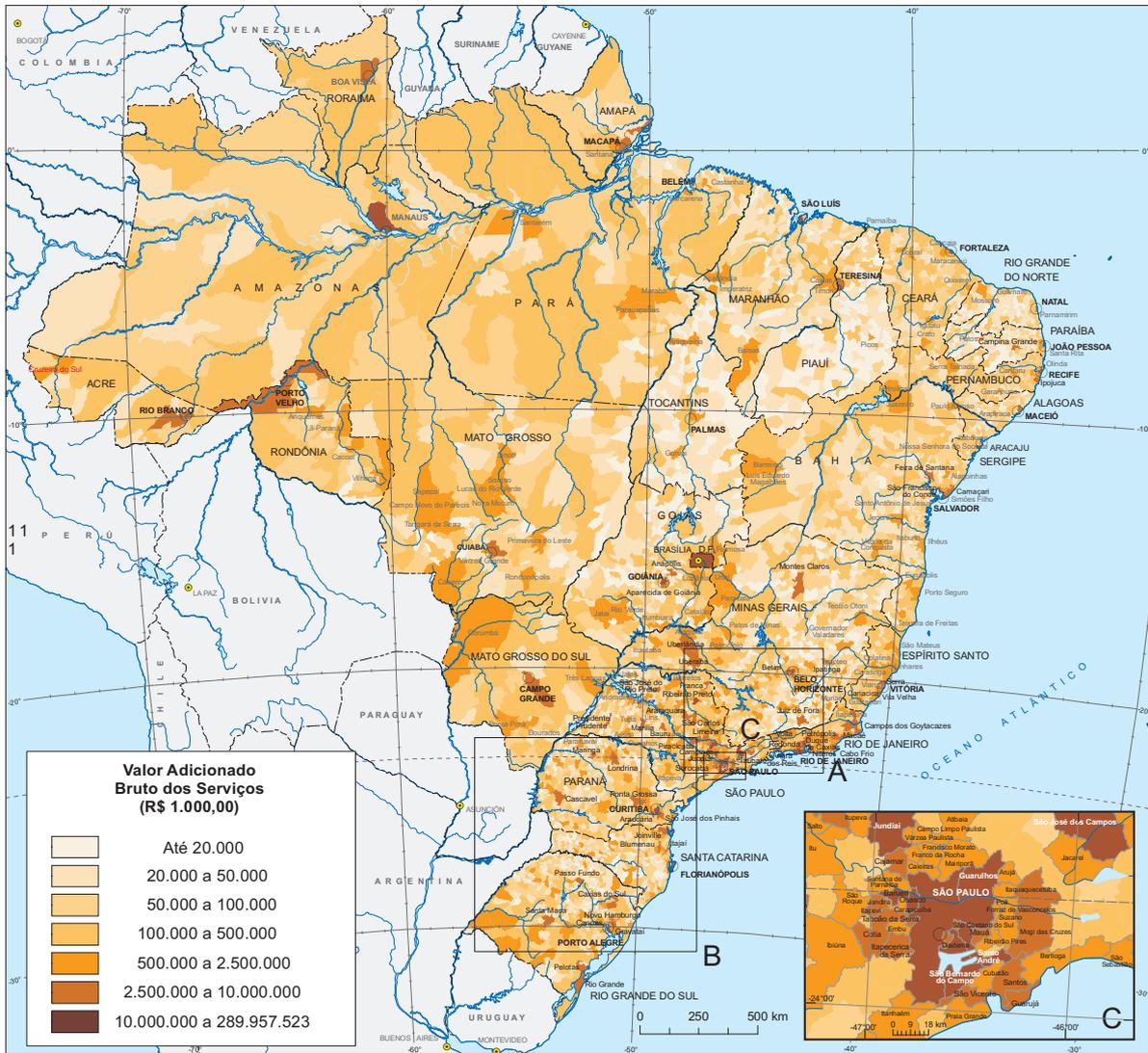
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

O Cartograma 6 mostra que os municípios do Estado do Rio de Janeiro possuíam valor adicionado bruto dos Serviços elevado, com 47,3% dos municípios nas três maiores faixas da distribuição. Nos Estados do Piauí e Tocantins, mais de 49,0% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição.

Cartograma 6 - Valor adicionado bruto dos Serviços municipal - 2010



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Tabela 14 retrata a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa²⁰ no valor adicionado bruto dos Serviços do País, de 2006 a 2010. Ao longo da série, não houve modificação na composição dos municípios que agregavam até 25,0% do valor adicionado bruto dos Serviços, sendo, esses dois municípios, São Paulo (São Paulo) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro). Esta faixa concentrava 9,2% da população brasileira em 2010.

Tabela 14 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do Brasil - 2006-2010

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulado	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população		Dos municípios	Da população
2006 (1)						
Até 25%	2	0,0	9,2	2	0,0	9,2
De 25% a 50%	34	0,6	18,6	36	0,6	27,8
De 50% a 75%	217	3,9	24,4	253	4,5	52,2
De 75% a 95%	1 900	34,1	33,6	2 153	38,7	85,8
De 95% a 99%	2 061	37,0	11,3	4 214	75,7	97,1
De 99% a 100%	1 350	24,3	2,9	5 564	100,0	100,0
2007 (1)						
Até 25%	2	0,0	9,2	2	0,0	9,2
De 25% a 50%	33	0,6	18,6	35	0,6	27,9
De 50% a 75%	210	3,8	24,0	245	4,4	51,9
De 75% a 95%	1 900	34,1	33,6	2 145	38,6	85,5
De 95% a 99%	2 077	37,3	11,4	4 222	75,9	97,0
De 99% a 100%	1 342	24,1	3,0	5 564	100,0	100,0
2008 (1)						
Até 25%	2	0,0	9,0	2	0,0	9,0
De 25% a 50%	35	0,6	19,2	37	0,7	28,2
De 50% a 75%	218	3,9	23,8	255	4,6	52,0
De 75% a 95%	1 932	34,7	33,8	2 187	39,3	85,9
De 95% a 99%	2 064	37,1	11,2	4 251	76,4	97,1
De 99% a 100%	1 313	23,6	2,9	5 564	100,0	100,0
2009 (1)						
Até 25%	2	0,0	9,0	2	0,0	9,0
De 25% a 50%	36	0,6	19,5	38	0,7	28,5
De 50% a 75%	223	4,0	24,1	261	4,7	52,6
De 75% a 95%	1 938	34,8	33,6	2 199	39,5	86,1
De 95% a 99%	2 051	36,9	11,0	4 250	76,4	97,1
De 99% a 100%	1 315	23,6	2,9	5 565	100,0	100,0
2010 (2)						
Até 25%	2	0,0	9,2	2	0,0	9,2
De 25% a 50%	38	0,7	19,3	40	0,7	28,5
De 50% a 75%	224	4,0	23,9	264	4,7	52,4
De 75% a 95%	1 939	34,8	33,9	2 203	39,6	86,3
De 95% a 99%	2 045	36,7	10,9	4 248	76,3	97,2
De 99% a 100%	1 317	23,7	2,8	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) População do Censo Demográfico 2010, dados sujeitos a revisão.

²⁰ Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do País ordenada de forma decrescente.

Em 2010, com 40 municípios, chegava-se à metade do valor adicionado bruto dos Serviços e a 28,5% da população. No mesmo ano, pode-se notar que 1 317 municípios que pertenciam à última faixa respondiam por 1,0% do valor adicionado bruto dos Serviços e concentravam 2,8% da população. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto dos Serviços podem ser observados na Tabela de Resultados 5.

Na Tabela 15, é apresentado o valor adicionado bruto dos Serviços para as capitais brasileiras.

Tabela 15 - Valor adicionado bruto dos Serviços total, participação relativa e posição dos municípios, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2010

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Valor adicionado bruto dos Serviços		
	Total (1 000 R\$)	Participação relativa (%)	Posição dos municípios
São Paulo/SP	289 957 523	13,5	1º
Rio de Janeiro/RJ	125 204 629	5,8	2º
Brasília/DF	124 179 105	5,8	3º
Belo Horizonte/MG	35 832 196	1,7	4º
Curitiba/PR	34 424 237	1,6	5º
Porto Alegre/RS	30 311 931	1,4	6º
Salvador/BA	25 247 079	1,2	8º
Fortaleza/CE	25 126 638	1,2	9º
Recife/PE	20 486 369	1,0	11º
Manaus/AM	18 931 987	0,9	13º
Goiânia/GO	16 827 098	0,8	15º
Belém/PA	12 600 397	0,6	18º
Vitória/ES	11 502 400	0,5	20º
São Luís/MA	11 319 596	0,5	21º
Campo Grande/MS	9 032 998	0,4	28º
Natal/RN	8 487 905	0,4	31º
Maceió/AL	8 084 010	0,4	34º
Cuiabá/MT	7 294 932	0,3	39º
Florianópolis/SC	7 131 334	0,3	41º
Teresina/PI	6 963 142	0,3	43º
João Pessoa/PB	6 242 825	0,3	47º
Aracaju/SE	6 146 282	0,3	49º
Porto Velho/RO	4 974 124	0,2	59º
Macapá/AP	4 407 561	0,2	66º
Boa Vista/RR	3 550 084	0,2	77º
Rio Branco/AC	2 935 143	0,1	101º
Palmas/TO	2 452 605	0,1	118º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

A concentração dos Serviços nas capitais era bastante alta, chegando a totalizar 40,0% em 2010. Dos 40 municípios que agregavam metade do valor adicionado bruto dos Serviços, 18 correspondiam a capitais.

Realizando um corte nos municípios que representavam pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços do País, em 2010, obteve-se 21 municípios. A Tabela 16 mostra a participação destes municípios de 2006 a 2010 e a diferença absoluta dessa participação entre os anos de 2010 e 2009.

Tabela 16 - Participação relativa e diferença absoluta do valor adicionado bruto dos Serviços, segundo os municípios que participavam com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2006-2010

Municípios que participavam com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Participação no valor adicionado bruto dos Serviços (%)					Diferença absoluta 2009/2010 (%)
	2006	2007	2008	2009	2010 (1)	
Recife/PE	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	0,1
Fortaleza/CE	1,1	1,1	1,1	1,1	1,2	0,1
Brasília/DF	5,6	5,5	5,7	5,7	5,8	0,0
São Bernardo do Campo/SP	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,0
Belo Horizonte/MG	1,7	1,7	1,7	1,6	1,7	0,0
Porto Alegre/RS	1,6	1,6	1,5	1,4	1,4	0,0
Campinas/SP	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	0,0
Ribeirão Preto/SP	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
Guarulhos/SP	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	(-) 0,0
Vitória/ES	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	(-) 0,0
Goiânia/GO	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	(-) 0,0
São Luís/MA	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	(-) 0,0
Osasco/SP	1,0	1,2	1,3	1,2	1,2	(-) 0,0
Curitiba/PR	1,5	1,7	1,7	1,6	1,6	(-) 0,0
Manaus/AM	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	(-) 0,0
Belém/PA	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	(-) 0,1
São Paulo/SP	13,6	13,9	13,4	13,5	13,5	(-) 0,1
Salvador/BA	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	(-) 0,1
Barueri/SP	1,3	1,1	1,0	0,9	0,8	(-) 0,1
Duque de Caxias/RJ	0,9	0,9	0,7	0,8	0,7	(-) 0,1
Rio de Janeiro/RJ	6,3	6,2	6,1	6,0	5,8	(-) 0,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Em relação a 2009, os maiores ganhos de participação no valor adicionado bruto dos Serviços ocorreram em Recife (Pernambuco) e Fortaleza (Ceará): 0,1 ponto percentual em ambos. A capital do Estado do Rio de Janeiro foi a que mais perdeu participação, seguida dos municípios de Duque de Caxias (Rio de Janeiro) e Barueri (São Paulo): todas perderam 0,1 ponto percentual.

Recife sempre apresentou perfil econômico relacionado à atividade de Serviços. Em 2010, os segmentos de maior destaque foram: comércio, serviços médicos, serviços de informática e de engenharia, consultoria empresarial, ensino e pesquisa, e atividades ligadas ao turismo. A capital pernambucana apresentou incremento no valor adicionado bruto dos Serviços em função dos transportes, dos serviços prestados às empresas e demais serviços, do comércio e do setor financeiro. A retomada do crédito e o maior fluxo monetário no estado influenciaram positivamente a capital.

Fortaleza (Ceará) praticamente não possui zona rural, sendo o setor de Serviços o principal ramo de sua economia, notadamente o comércio, o turismo e a prestação de serviços às famílias e às empresas. Nesse contexto, devido à diversificação e expansão urbana, cresceram os grandes centros comerciais, responsáveis por transformações no espaço urbano não apenas dessa cidade como também de municípios vizinhos.

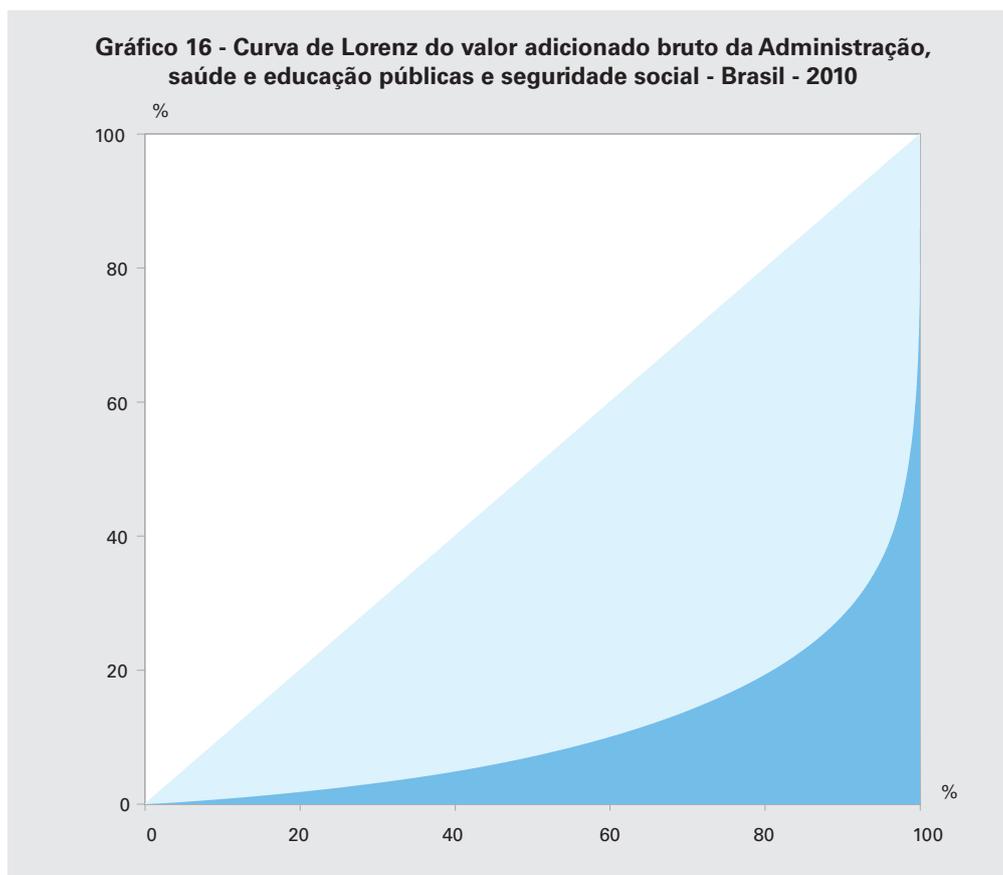
A capital do Rio de Janeiro acompanhou o movimento estadual, apresentando suaves perdas de participação em quase todos os subsetores. O Município de Duque de Caxias (Rio de Janeiro) perdeu participação em função da retração do segmento atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo, e o município paulista de Barueri perdeu participação devido ao comércio.

Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social

Como mencionado anteriormente, a importância da atividade Administração, saúde e educação públicas e seguridade social na economia municipal pode ser aferida pela elevada participação no valor adicionado bruto de grande parte dos municípios. Por esse motivo, apesar do valor adicionado bruto dessa atividade estar inserido no valor adicionado bruto dos Serviços, analisado anteriormente, divulga-se o valor adicionado bruto desse segmento em destaque.

O valor adicionado bruto dessa atividade era mais concentrado do que o da Agropecuária, entretanto, quando comparado ao da Indústria e ao do total dos Serviços, era menos concentrado. O índice de Gini, no Brasil, para o valor adicionado bruto dessa atividade desde 2006, foi de 0,77. Os maiores índices, 0,79 e 0,77, pertenceram aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, enquanto os menores, aos Estados do Maranhão e Bahia, 0,55 em ambos.

O Gráfico 16 apresenta a curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.



O Cartograma 7 mostra a distribuição da participação desse segmento nos municípios em relação ao PIB. Ressalta-se a importância da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Dos 5 565 municípios brasileiros, 1 980 (35,6%) tinham mais do que $\frac{1}{3}$ da sua economia dependente dessa atividade.

Em 2006, o peso do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no PIB do Brasil foi de 13,1%; em 2007, 13,3%; em 2008, 13,4%; em 2009, 14,1%; e, em 2010, 13,9%. A Tabela 17 apresenta, por Unidades da Federação, o percentual do número de municípios em que a participação desse segmento era superior a $\frac{1}{3}$ do PIB, em relação ao número de municípios na respectiva Unidade da Federação. Observa-se que os municípios com grande dependência da máquina administrativa na sua economia estavam localizados nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Tabela 17 - Número de municípios com participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social superior a 1/3 do Produto Interno Bruto em relação ao número total de municípios da Unidade da Federação, segundo as respectivas Unidades da Federação - 2010

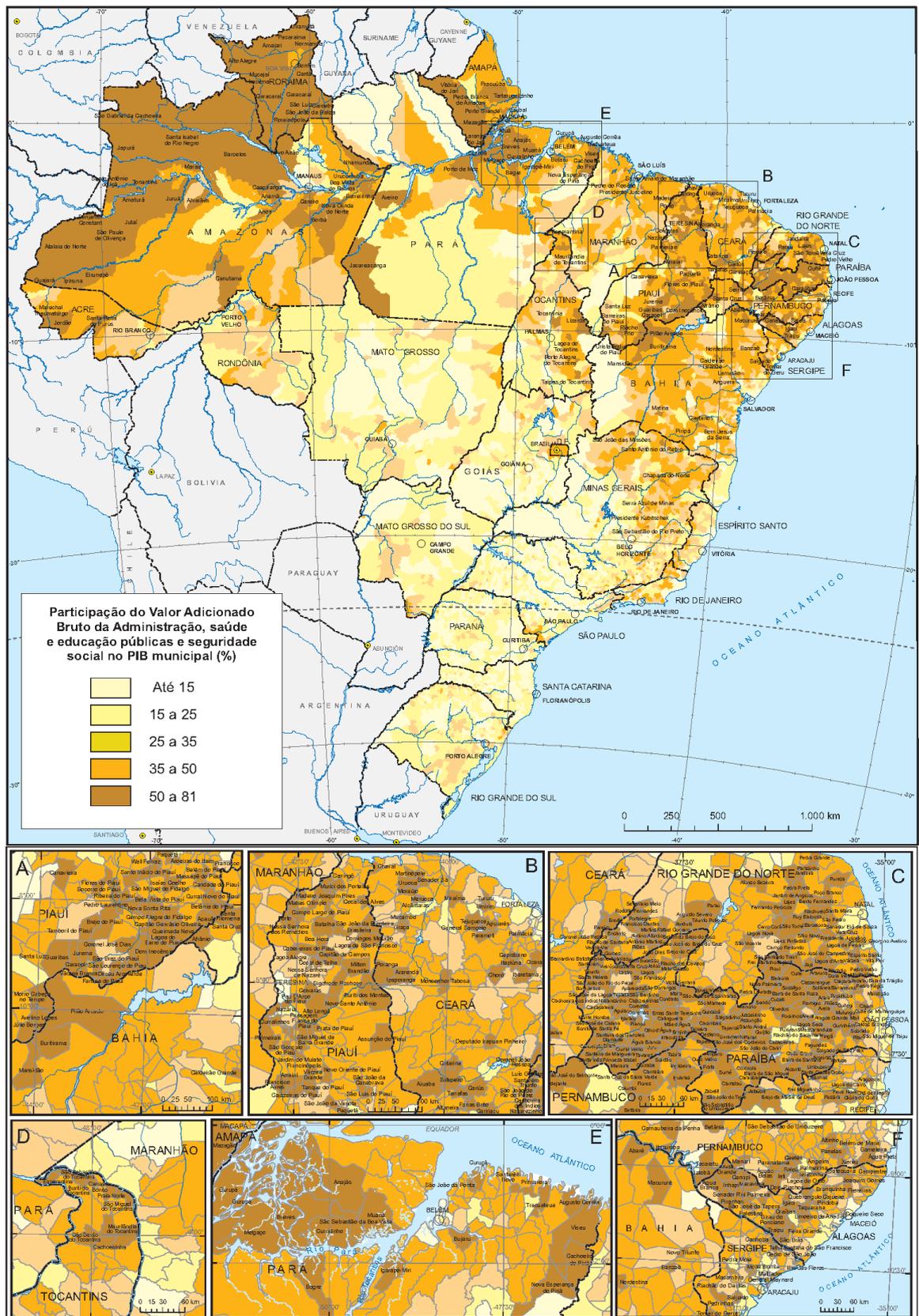
Unidades da Federação	Número de municípios com participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social superior a 1/3 do Produto Interno Bruto em relação ao número total de municípios da Unidade da Federação (%)
Rondônia	19,2
Acre	50,0
Amazonas	82,3
Roraima	100,0
Pará	61,5
Amapá	93,8
Tocantins	46,8
Maranhão	58,1
Piauí	90,2
Ceará	79,3
Rio Grande do Norte	84,4
Paraíba	94,2
Pernambuco	78,4
Alagoas	82,4
Sergipe	70,7
Bahia	64,7
Minas Gerais	27,5
Espírito Santo	26,9
Rio de Janeiro	43,5
São Paulo	1,9
Paraná	0,5
Santa Catarina	0,3
Rio Grande do Sul	2,2
Mato Grosso do Sul	5,1
Mato Grosso	4,3
Goiás	6,1
Distrito Federal	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Três municípios apresentaram participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social em relação ao PIB superior a 70,0%, em 2010: Uiramutã (Roraima), 81,0%; Poço Dantas (Paraíba), 71,4%; e Areia de Baraúnas (Paraíba), 70,9%.

Cartograma 7 - Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no Produto Interno Bruto municipal - 2010



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Administração, saúde e educação públicas e seguridade social registrou peso superior a 50% em todos os municípios de Roraima, com exceção apenas da capital, Boa Vista, com 40,1%. Seu peso ficou evidente, também, nos municípios do Estado do Amapá que, em 2010, foi superior a 41,0% em quase todos, com exceção de Serra do Navio. Neste município, onde a atividade industrial, em 2010, representou 44,3% em relação ao PIB, a participação do segmento foi de 20,0%. A Tabela de Resultados 6 apresenta a posição ocupada, em 2010, pelos 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto deste segmento.

Considerando-se as capitais, observa-se que o peso da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social foi inferior ao peso nacional em 15 delas, como pode ser notado na Tabela 18. Destacam-se as capitais com os menores pesos deste segmento em suas economias: Vitória (Espírito Santo), 4,8%; São Paulo (São Paulo), 5,8%; Curitiba (Paraná), 7,2%; e Manaus (Amazonas), 9,3%.

Tabela 18 - Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social dos Municípios das Capitais em relação ao Produto Interno Bruto, e participação da população em relação ao Brasil e à Unidade da Federação, em ordem decrescente - 2006-2010

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no Produto Interno Bruto do município (%)					Participação da população em 2010 (%) (2)	
	2006	2007	2008	2009	2010 (1)	No Brasil	Na Unidade da Federação
Brasília/DF	49,0	48,3	47,3	49,0	48,4	1,3	100,0
Macapá/AP	39,4	38,9	40,4	40,1	42,3	0,2	59,5
Boa Vista/RR	39,7	39,7	38,8	38,9	40,1	0,1	63,0
Rio Branco/AC	27,7	26,7	26,0	26,0	26,8	0,2	45,8
Porto Velho/RO	23,6	22,0	22,1	19,6	21,2	0,2	27,3
João Pessoa/PB	17,9	16,8	17,8	17,6	18,9	0,4	19,2
Palmas/TO	19,5	19,3	18,8	18,5	18,6	0,1	16,5
Aracaju/SE	16,0	16,5	17,0	18,0	18,0	0,3	27,6
Natal/RN	16,2	17,8	18,0	17,5	17,3	0,4	25,4
Campo Grande/MS	16,8	16,9	16,8	16,3	16,3	0,4	32,1
Teresina/PI	13,8	15,4	14,7	14,4	14,5	0,4	26,1
Maceió/AL	13,9	13,4	14,7	14,5	14,4	0,5	29,9
Cuiabá/MT	12,0	12,7	13,1	12,8	13,7	0,3	18,2
Rio de Janeiro/RJ	13,0	13,1	13,2	13,2	13,7	3,3	39,5
Recife/PE	12,2	11,9	12,5	12,7	12,3	0,8	17,5
Belém/PA	11,2	11,9	12,0	12,2	12,3	0,7	18,3
Fortaleza/CE	12,2	11,9	12,3	12,4	12,0	1,3	29,0
Porto Alegre/RS	9,5	9,8	10,0	10,1	11,5	0,7	13,2
Florianópolis/SC	10,1	10,5	10,7	11,7	11,3	0,2	6,7
Goiânia/GO	10,5	10,6	11,0	10,4	11,3	0,7	21,7
Belo Horizonte/MG	9,8	9,9	10,7	10,5	10,4	1,2	12,1
Salvador/BA	9,6	10,0	10,1	10,0	10,2	1,4	19,1
São Luís/MA	7,5	8,3	8,0	9,2	10,0	0,5	15,4
Manaus/AM	9,1	8,8	9,1	9,5	9,3	0,9	51,8
Curitiba/PR	6,9	7,3	7,1	7,5	7,2	0,9	16,7
São Paulo/SP	5,5	5,8	6,0	6,2	5,8	5,9	27,3
Vitória/ES	4,2	4,5	4,1	5,2	4,8	0,2	9,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População do Censo Demográfico 2010.